



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**A LUTA PELA RETOMADA AVÁ-GUARANI NO TEKOKA MOKOY JOEGUA:  
UM CONTRAPONTO AO DISCURSO OFICIAL DA ITAIPU BINACIONAL**

**ALEXANDRE ARAUJO DE SOUSA**



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

**A LUTA PELA RETOMADA AVÁ-GUARANI NO TEKOKA MOKOY JOEGUA:  
UM CONTRAPONTO AO DISCURSO OFICIAL DA ITAIPU BINACIONAL**

**ALEXANDRE ARAUJO DE SOUSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História - América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu  
2022

ALEXANDRE ARAUJO DE SOUSA

**A LUTA PELA RETOMADA AVÁ-GUARANI NO TEKoha MOKOY JOEGUA:  
UM CONTRAPONTO AO DISCURSO OFICIAL DA ITAIPU BINACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História - América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti UNILA

---

Profa. Dra. Endrica Geraldo - ILAACH

---

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri - ILAESP

Foz do Iguaçu, 20 de dezembro de 2022

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

### Tipo de Documento

- |                        |  |
|------------------------|--|
| (.....) graduação      | (.....) artigo                         |
| (.....) especialização | (.....) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado       | (.....) monografia                     |
| (.....) doutorado      | (.....) dissertação                    |
|                        | (.....) tese                           |
|                        | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais    |
|                        | (.....) _____                          |

Título do trabalho acadêmico:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino- Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

*Dedico este trabalho ao povo Guarani, que  
me fez ressignificar a palavra resistência.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha irmã, Andrea, pois seu apoio foi essencial para que eu concluísse esta universidade. Sem seu apoio teria sido impossível.

Agradeço ao povo Guarani, que me recebeu como um membro de sua família em todas as ocasiões que visitei as suas aldeias. Sua resiliência impressiona. Agradeço ao Tamõi Cláudio, a Jari Cecília, ao Vice Tamõi Inocenio, ao Tamõi Onorio pelas longas conversas, ao Tamõi Miguel, ao Sergio, ao Tamõi Lino, ao Tamõi Teodoro, à Casemiro e a todos Guarani que tive a oportunidade de conhecer neste período universitário. Sem sua autorização e sem as visitas este trabalho não seria possível.

Agradeço à minha companheira Graziela, que sempre me motivou, me apoiou e acreditou em mim, mesmo quando eu já não mais acreditava, e certamente ao seu apoio neste trabalho que foi derradeiro.

Agradeço à minha mãe Cida, e ao meu pai Sergio, ambos me inspiram. Sempre me apoiaram na realização dos meus sonhos, mesmo quando estes estavam a mais de 1000 km de minha cidade natal.

Agradeço ao meu amigo André pelo apoio neste trabalho, suas dicas e correções também foram mais do que essenciais, sem seu apoio não teria sido possível. Agradeço por ter me acolhido em minha volta para Foz.

Agradeço à minha amiga Érika que também dispôs de seu tempo para revisar meu texto, mesmo que em cima da hora, e por ter me acolhido em minha volta para Foz.

Ao meu amigo Rodrigo que também foi um dos que insistiu em mim, mesmo não tendo tanta paciência.

Aos meus amigos Rafael, Augusto e ao Diego, por terem me acolhido logo que cheguei a Foz. Agradeço também ao Henrique, Ariana e ao Renan pela hospedagem solidária que me recebeu em Foz.

Agradeço ao meu amigo Alexssandro pela parceria.

Agradeço ao meu amigo Henrique Roberto pelas conversas e pelo apoio oferecido.

Agradeço aos meus amigos Tame, Lucas, Diogo e Alessandro que sempre me motivaram, às vezes a mil quilômetros de distância.

Agradeço ao meu orientador Clovis, que me apresentou aos Guarani, me levou as retomadas. Admiro sua entrega à causa. Agradeço pela sugestão do tema, pelas reuniões e revisão do trabalho.

*Para manter nossa cultura, porque nós precisamos disso, Nhanderu precisa disso, para manter, para não errar nosso caminho, é por isso que nós estamos na retomada.*

**Miguel de Oliveira Vera, dez. 2019**

SOUSA, A. A. **A LUTA PELA RETOMADA AVÁ-GUARANI NO TEKOKHA MOKOY JOEGUA: UM CONTRAPONTO AO DISCURSO OFICIAL DA ITAIPU BINACIONAL.** 2022. 93 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

## RESUMO

Esta monografia propõe-se ao estudo da complexa relação que os Avá-Guarani sustentam com a terra, a partir do caso da retomada do *Tekoha Mokoy Joegua*. Esta terra situa-se no município paranaense de Santa Helena, em território sob administração da empresa Itaipu Binacional, gestora também da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para este estudo, utilizamos os avanços teóricos e metodológicos da História Indígena, bem como a História do Tempo Presente e da História Oral, os quais balizaram as entrevistas e a compreensão dos elementos culturais singulares expressos e dos embates pela memória. Temos que a memória oficial da Itaipu Binacional busca invisibilizar os conflitos pela terra, bem como as violações e violências cometidas para a construção recente da usina (1974-1982), em plena ditadura civil-militar brasileira. Por outro lado, temos que o modo de vida, a cultura e a cosmovisão (*Teko Porã e Nhandereko*) Guarani que estão intimamente ligadas à sua territorialidade, a ponto de exprimirem uma singular historicidade alicerçada na memória e mantida viva pela transmissão oral. O povo em estudo, demonstra uma forte adaptabilidade ao processo da transculturação, mantendo vivas características próprias mesmo com a absorção de elementos culturais externos. A profunda religiosidade desempenha um papel decisivo na manutenção do modo de vida Guarani, bem como na própria luta de reivindicação e retomada dos direitos e das terras tradicionais, garantidas constitucionalmente.

**Palavras-chave:** Avá-Guarani. Retomada. Tekoha Mokoy Joegua. Memória. Itaipu Binacional.



SOUSA, A. A. **LA LUCHA POR LA RETOMADA AVÁ-GUARANI EN EL MOKOY JOEGUA TEKoha**: UN CONTRAPUNTO AL DISCURSO OFICIAL DE ITAIPU BINACIONAL. 2022. 93 fls. Trabajo de Conclusión de Curso (Grado en História – América-latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

## RESUMEN

Esta monografía pretende estudiar la compleja relación que los Avá-Guarani mantienen con la tierra, a partir del caso de la retoma del Tekoha Mokoy Joegua. El terreno está ubicado en el municipio paranaense de Santa Helena, en territorio bajo administración de la empresa Itaipú Binacional, que también administra la Usina Hidroeléctrica de Itaipú. Para este estudio, utilizamos los avances teóricos y metodológicos de la Historia Indígena, así como la Historia del Tiempo Presente y la Historia Oral, que guiaron las entrevistas y la comprensión de los elementos culturales singulares expresados y las luchas por la memoria. La memoria oficial de Itaipú Binacional pretende invisibilizar los conflictos por la tierra, así como las violaciones y la violencia cometidas durante la reciente construcción de la central (1974-1982) en plena dictadura cívico-militar brasileña. Por otro lado, tenemos el modo de vida, la cultura y la cosmovisión guaraní (Teko Porã y Nhandereko), que están íntimamente ligados a su territorialidad, hasta el punto de expresar una historicidad singular basada en la memoria y mantenida viva por transmisión oral. Las personas estudiadas muestran una gran adaptabilidad al proceso de transculturación, manteniendo vivas sus propias características, incluso con la absorción de elementos culturales externos. Su profunda religiosidad desempeña un papel decisivo en el mantenimiento del modo de vida guaraní, así como en su lucha por reclamar y recuperar sus derechos constitucionalmente garantizados y sus tierras tradicionales.

**Palabras clave:** . Avá-Guarani. Retomada. Tekoha Mokoy Joegua. Memoria. Itaipu Binacional.

SOUSA, A. A. **THE STRUGGLE FOR THE AVÁ-GUARANI RETOMADA IN THE MOKOY JOEGUA TEKoha: AN ALTERNATIVE TO THE ITAIPU BINATIONAL OFFICIAL DISCOURSE.** 2022. 93 fls. Course Final Assignment (Graduation in History - Latin America) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

### **ABSTRACT**

This monograph proposes to study the complex relationship that the Avá-Guarani maintain with the land, based on the case study of the *Tekoha Mokoy Joegua* resettlement. This territory is located in the municipality of Santa Helena, in the state of Paraná, and was granted to the company Itaipu Binacional, which also manages the Itaipu Hydroelectric Power Plant. For this study, we used the theoretical and methodological advances of Indigenous History, as well as the History of Present Time, which guided the interviews and the understanding of the unique cultural elements expressed and the struggles for memory. The official memory of Itaipú Binacional seeks to make invisible the conflicts over land, as well as the violations and violence committed during the recent construction of the power plant (1974-1984) in the middle of the Brazilian military dictatorship. On the other hand, we have that the way of life, culture and cosmovision (*Teko Porã and Nhandereko*) are intimately linked to their territoriality, to the point of expressing a singular historicity based on memory and kept alive by intergenerational oral transmission. The people under study, due to the aforementioned cultural traits that compose them, demonstrate a strong adaptability to the transculturation process, keeping their own characteristics strong and alive, even with the absorption of external cultural elements. Their profound religiosity plays a decisive role in maintaining the Guarani way of life, as well as for the very struggle to take back their traditional lands and to claim the original right of usufruct of their traditional lands, guaranteed constitutionally.

**Keywords:** Retomada. Avá-Guarani. Repossession. Tekoha Mocoy Joegua. Memory. Itaipu Binacional.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. DO TERRITÓRIO GUARANI SUBMERSO À RETOMADA MOKOY JOEGUA...21</b>	
1.1. Os Avá-Guarani no Paraná.....	21
1.2 Companhia Matte Larangeira e a exploração dos indígenas.....	23
1.3 Terras guaranis pressionadas pelo discurso do progresso .....	26
1.4. Os sentidos do Tekoha Mokoy Joegua.....	29
1.5 A luta pela retomada do tekoha Mokoy Joegua .....	32
<b>2. DISPUTAS PELA MEMÓRIA OFICIAL .....</b>	<b>37</b>
2.1 Desvendando a memória oficial da Itaipu Binacional.....	39
2.1.1 O solitário Ecomuseu de Itaipu.....	43
2.2 A memória da terra disputa a memória oficial .....	49
2.3 A luta pela retomada indissociável da luta pela memória .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>
<b>Anexo 1 - Íntegra das entrevistas .....</b>	<b>66</b>
<b>Anexo 2 - Fotos da visita ao Ecomuseu de Itaipu .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo 3 - Carta dos Guarani ao presidente eleito Luiz Inacio Lula da Silva .....</b>	<b>94</b>

## Introdução

Na atualidade, aproximadamente 55% da população mundial vive em áreas urbanas, e segundo estimativas da ONU (2019) a expectativa é que essa proporção aumente para 70% até 2050. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015 aponta que 84,72% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Nestes territórios urbanos é comum que passemos semanas ou até meses sem realizar um ato simples, mas muito significativo, pisar na terra.

Este afastamento gera a ideia errônea de que estamos apartados da natureza, e que não necessitamos dela para sobreviver. Contudo, mesmo que indiretamente, nunca perdemos o contato com a terra, já que somos sustentados por ela e nutridos pelos seus frutos. Entretanto, a falta de contato cultural, simbólico e direto com a terra nos distancia dessa dependência umbilical que nos conecta.

As sociedades não-indígenas ocidentais, costumam dividir a terra, nomeá-la, precificá-la e comercializá-la de maneiras ainda muito próximas às que realizavam os primeiros europeus colonizadores. Uma forte contraposição à valoração da terra como algo a ser explorado, será o enfoque principal deste trabalho, pois buscamos analisar uma concepção alternativa dessa relação que vem tentando ser soterrada desde os primeiros processos de colonização europeia neste continente. Com a chegada dos europeus às Américas, se iniciou um processo de colonização e de desenvolvimento do sistema capitalista, que até os dias atuais, tenta suprimir as alternativas possíveis. Neste sentido, analisamos um caso de resistência a este processo, o movimento de retomada de uma terra tradicional dos Avá-Guarani, denominada *tekoha Mokoy Joegua*.

A *tekoha Mokoy Joegua* localiza-se cartograficamente no município paranaense de Santa Helena-PR, dentro dos domínios do Estado brasileiro, território de fundamental importância para o legado e memória do povo Avá-Guarani, isso porque, antes mesmo da divisão fronteiriça entre os países, o povo Guarani já ocupava as calhas dos rios Paraguai e Paraná e seus afluentes, há pelo menos 2 mil anos Antes do Presente (ALCÂNTARA et. al, 2019, p.19).

Entretanto, a administração destas terras é de responsabilidade concedida a uma empresa binacional, uma entidade jurídica sui generis (CUNHA, 2011, p.233) com certo grau de autonomia em relação aos Estados Nacionais do Brasil e do Paraguai. A Itaipu Binacional é gestora da Usina Hidrelétrica de Itaipu e dos

territórios concedidos a ela. O trabalho objetiva problematizar e historicizar a natureza dessa concessão, fortemente embasada em uma concepção colonialista de relação com a terra. Aqui é importante destacarmos que não pretendemos idealizar a relação que esse grupo indígena mantém com a terra, muito menos cobrar deles, que façam dela um usufruto plenamente descolonizado. Sabemos das diversas estratégias de resistência necessárias para manter sua cultura viva, bem como sabemos que uma cultura viva jamais será composta apenas por singularidades, como se fosse possível cristalizá-las sem diálogos com as culturas dominantes.

Para este estudo de caso, poderíamos utilizar um recorte cronológico desde o ano de 1492 EC<sup>1</sup> com a chegada de Cristóvão Colombo no nosso continente, focando na continuidade da concepção da terra como algo a nos servir e para o qual nada devemos.

Entretanto, para nos atermos às fontes a que tivemos acesso, delimitamos marcos recentes que desestabilizaram todo o território tradicional e transnacional dos Avá-Guarani. Esses marcos são o da chegada das companhias colonizadoras no oeste paranaense, da criação do Parque Nacional do Iguaçu de 1939, e o processo de construção do reservatório da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, entre 1974 e 1982, ainda sob o regime da ditadura civil militar pós-golpe de 1964. No processo de construção do reservatório, uma área de 135 mil hectares (ROCHA, 1991, p. 15) foi inundada na região de fronteira entre Paraguai e Brasil, abrangendo o oeste paranaense e o leste paraguaio. Como consequência,

Aldeias inteiras foram alagadas, moradias foram destruídas e redes de parentesco foram afetadas. A obra afetou lugares históricos e sagrados, como o famoso Salto de Sete Quedas, localizado em Guaíra, além de cemitérios e sítios arqueológicos que servem de referência à ocupação indígena na região. (ALCÂNTARA et. al, 2019, p.9).

Os diferentes acontecimentos que envolveram a instalação da hidrelétrica de Itaipu, alteraram a região significativamente no âmbito socioeconômico e ambiental. Dentre essas alterações na esfera social, a territorialidade Avá-Guarani pode ser

---

<sup>1</sup>EC é uma abreviação para “era comum”, uma notação temporal alternativa para o Calendário Gregoriano. Esta notação é mais laica que a tradicional expressão Latina “Anno Domini”, ou que seu termo correspondente em português “depois de Cristo”. Sendo que a expressão equivalente a “antes de Cristo”, seria AEC, significando “antes da era comum”. Todas as datações expressas no presente estudo seguirão essa mesma linha, apesar de suprimirmos as abreviações EC para uma leitura mais fluida do texto.

destacada como uma das mais intensas, pois, além da apropriação das terras originárias por parte do Estado brasileiro para a construção do lago artificial, os territórios circundantes a ele também estão sob tutela da Itaipu. Na tentativa de ocupação dessas terras, os povos indígenas se veem acuados por diversos aparatos institucionais utilizados pela empresa, como os recorrentes pedidos de reintegração de posse.

Nesse sentido, a memória Avá-Guarani é de crucial importância para o reconhecimento amplo dos processos históricos que envolvem a região em si, e a construção da maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia. Além disso, essa memória e territorialidade justificam a necessidade de demarcação de territórios tradicionais nas porções de terras não submersas, e originariamente ocupadas pelos povos indígenas, como veremos no decorrer do trabalho.

Memória e território são conceitos que se influenciam dentro da perspectiva do modo de vida Avá-Guarani, o que pode ser averiguado pelo traço cultural da mobilidade, comum a esses povos, o movimento tanto no espaço quanto no tempo, o que na terminologia tupi-guarani se expressa na palavra '*ara*' (RAMO, 2020, p. 127), que se refere tanto ao tempo quanto ao espaço e sua indissociabilidade nos processos de mobilidade. Por isso, o reconhecimento dos caminhos feitos e dos territórios que os circundam é realizado através da memória, ancestral e individual, compartilhada e mantida pela comunidade.

A retomada *tekoha Mokoy Joegua* materializa o movimento de resistência Avá-Guarani, que procura o reconhecimento do direito originário de ocupação, posse e usufruto das terras tradicionalmente ocupadas por eles. Este direito expressa-se pelo Art. 231 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), logo, é dever do Estado brasileiro garantir a regulamentação e a demarcação dos territórios indígenas.

A inclusão da memória Avá-Guarani aos discursos oficiais pode caracterizar uma medida de reparação histórica por parte do Estado brasileiro, aqui representado pela Itaipu Binacional, já que garantiria aos povos indígenas o reconhecimento de seu legado nos processos históricos do oeste paranaense; legitimaria as lutas pelo direito à demarcação dos territórios tradicionais na região e a manutenção ambiental promovida pelos povos Guarani, garantindo, não apenas o manuseio da terra, mas também sua função social.

A reconstrução de uma narrativa histórica, embasada em fontes diversificadas e nos acontecimentos, contrapõe-se à unilateralidade de discurso, que caracteriza uma desinformação, sendo que sua intencionalidade entrega as estratégias discursivas utilizadas pela Itaipu Binacional. O que não aparece nos discursos oficiais é que o “progresso” que ergueu essa imensa usina hidrelétrica impactou negativamente populações inteiras que ocupavam as áreas que foram inundadas, dentre elas as populações indígenas Avá-Guarani.

O modo de vida Guarani se contrapõe ao modo de vida capitalista, e o não reconhecimento de territórios tradicionais indígenas e da importância do legado Guarani são reflexos desses embates de interesse. A ausência de lucro e o discurso de vazio demográfico justificam a dominação de terras tradicionais por parte de corporações, levando ao desrespeito, à violência e à morte dos povos Guarani. Estes povos têm costumes, crenças e valores distintos e milenares, portanto, há relevância e alto valor histórico, científico e cultural na compreensão e escuta das populações tradicionais.

O período de graduação em História vivenciado por mim na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), permitiu uma proximidade com os temas em questão e com a realidade geográfica dominada pela Itaipu Binacional, gerando inquietações e interesses científicos por compreender os processos históricos. O estágio que fiz dentro da usina, a riqueza que a empresa ostenta, a tentativa de apagamento da história do povo Guarani perpetradas pela empresa, e a negativa em atender as reivindicações indígenas, foram colocados em cheque quando visitei aldeias, conversei com os Guarani e estudei sobre a história do oeste paranaense.

Com isso, nos perguntamos sobre a importância que o modo de vida e a memória dos Avá-Guarani desempenham na resistência empreendida por eles no caso da retomada *tekoha Mokoy Joegua*. Mesmo tendo seus territórios invadidos por diversos grupos de colonos avalizados pelo Estado Brasileiro e tendo seu território brutalmente reduzido com a construção da Itaipu Binacional, o que continua motivando-os a desprender tantos esforços na retomada dessas terras? Como a Itaipu Binacional lida com esta luta por reconhecimento e por sobrevivência física e cultural?

Para responder tais questionamentos, nos valem da abordagem metodológica própria à história do tempo presente, articulada a história oral e a história indígena.

A História do Tempo Presente foi um dos principais métodos escolhidos para desenvolver a pesquisa. Tal método baseia-se na oralidade testemunhal, ou seja, utiliza relatos dos agentes ativos nas dinâmicas históricas que tiveram sua versão dos fatos silenciadas, além de resgatar o passado recente e problematizar os discursos oficiais da atualidade que se contrapõem às memórias vivas de populações locais.

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas; na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador, pois, como lembrou Alessandro Portelli, fontes orais são fontes narrativas. Tudo isso chama atenção ao caráter ficcional das narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectiva revolucionárias para o trabalho histórico (FERREIRA, 2012, p. 172).

Nesse sentido, também utilizaremos a história oral como teoria e como metodologia, uma vez que é um meio privilegiado de acesso à memória dos sujeitos entrevistados e até mesmo à memória coletiva daquele povo.

A história oral é elemento essencial para nos aproximarmos da historicidade Guarani, isto é, podemos entrar em contato com o modo heterogêneo do povo Guarani de conceber o tempo e sua própria história. Além disso, ganhou espaço no advento da história indígena, pois através da coleta de depoimentos foi possível proporcionar mais visibilidade aos povos indígenas que anteriormente eram silenciados ou como já dito, considerados povos sem história.

Valorizamos aquela História oral que prioriza a consciência de que a produção do conhecimento histórico está na busca do diálogo com o outro, implicando aí um diálogo entre o passado e o presente, com o desigual, com o diferente, com o esquecido. Portanto, uma História que se preocupa com o resgate dos “sem voz”, isto é, daquele que não tem oportunidade de fazer ouvir sua “palavra” e daí a construção de um saber, comprometido com a experiência de vida desse outro (FREITAS, 2004, p. 184).



Para o tratamento das entrevistas, utilizamos a abordagem de Sebe. Os trechos citados no decorrer do trabalho seguiram o processo de transcrição<sup>2</sup>. Já as entrevistas em anexo passaram pelo processo de textualização, um estágio anterior ao processo de transcrição.

O esforço empreendido pela história indígena, no que diz respeito à concepção dos povos indígenas como agentes da própria história, é materializada não só quando a história é reinterpretada de uma forma não eurocêntrica, mas principalmente quando a própria historiografia é produzida por suas vozes.

...a experiência de se deslocar do etnocentrismo e de apreender que há muitas outras soluções possíveis para o viver e outras saídas para a escrita da história vivida. Escrever história, a partir do ponto de vista dos grupos indígenas, enfatiza-se, é também um dever dos historiadores. As vozes indígenas têm sido condenadas ao silêncio, por meio do genocídio sofrido pelos índios, da invisibilização ou de um sistemático processo de se ignorar sua presença pretérita e presente (SILVA; SILVA, 2010, p. 47).

Para analisar o processo de ocupação do povo Avá-Guarani no território de Santa Helena (PR), buscamos enfatizar e demonstrar a importância de sua memória e de seu modo de vida. A memória será utilizada como categoria de análise histórica aliada à oralidade, ambas utilizadas no método da História do Tempo Presente. O uso deste método objetiva reaver, na atualidade, as memórias indígenas, de modo a contornar o discurso hegemônico do vazio demográfico, compreender seus equívocos e ir mais afundo na relação com o território que hoje contempla o *Tekoha Mokoy Joegua*.

Além disso, a abordagem teórico-metodológica da história indígena foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. A história e a antropologia se constituíram no século XIX com objetos de estudo distintos, porém essenciais para a consolidação dos Estados nacionais e para a dominação neocolonial que ocorreu neste período. A história ocupava-se de pesquisas empíricas baseadas em fontes documentais, visando reconstruir o passado.

---

<sup>2</sup> Roland Barthes propôs o chamado “teatro de linguagem” e através dele nos valem para operar a fase final do trabalho dos discursos: a transcrição. Teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. (...) tem como fito trazer ao leitor a aura do momento da gravação. (...) O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita esta condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiça. Com isso valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo preñado de sugestões. (...) Neste procedimento uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes. (SEBE, 1991, p. 30-31)

A antropologia, por outro lado, ocupava-se da catalogação e do estudo da cultura dos povos vistos como primitivos e a-históricos. Desde a década de 1950 alguns antropólogos já sinalizaram a necessidade de romper alguns paradigmas. O pressuposto de que uma cultura era estática limitava a compreensão da mesma. Assim, como a história passou a valorizar o estudo de pessoas comuns e não mais só dos grandes personagens políticos, seus comportamentos e crenças passaram a ser valorizados.

O diálogo entre as duas ciências inicia uma perspectiva de rompimento de uma visão etnocêntrica da história. Esta visão considerava que somente os povos que desenvolveram escrita possuíam história. A tarefa de estudar povos indígenas cabia a antropologia, que se debruçava sobre povos cujas culturas seriam imutáveis e estáticas.

Essa nova perspectiva gerou uma abordagem teórico metodológica onde, ao estudar as sociedades indígenas, as consideramos como agentes dos próprios processos históricos. Anteriormente, os povos subalternos eram vistos somente como vítimas destes processos de colonização, e seu único destino só poderia ser o da aculturação, assim seriam absorvidos pelas sociedades colonizadoras. Há não muito tempo, o fim das sociedades indígenas no Brasil era algo dado como certo, uma perspectiva que não se concretizou. A importância da abordagem citada destaca-se quando podemos identificar os povos indígenas como agentes ativos destes processos, mesmo se, ao final, estes possam gerar grandes perdas para estes grupos. Segundo Almeida:

Nessa perspectiva, povos indígenas e africanos na América, “aculturados” e “dominados”, não se anularam enquanto agentes históricos e políticos, antes se inseriram nas sociedades coloniais e pós-coloniais, misturaram-se com diversos grupos étnicos e sociais e incorporaram novas práticas culturais e políticas que souberam utilizar para amenizar perdas ou obter possíveis ganhos (ALMEIDA, 2012, p.157).

Esta perspectiva é essencial para a compreensão das retomadas do povo Guarani, onde, para sobreviver, foi necessário pressionar, protestar e negociar para obter conquistas que os mantêm mobilizados até os dias atuais.

O avanço da sociedade ocidental na região em questão, desde as missões jesuíticas, à guerra do Tríplice Aliança, as empresas colonizadoras, o incentivo de colonos invasores provenientes dos estados do Paraná e de Santa Catarina, e por

fim a criação do Parque Nacional do Iguaçu e do lago da Hidrelétrica de Itaipu, pressionaram o povo Guarani a tal ponto que, conviver, resistir e retomar, foi a única alternativa que lhes restou. Desta forma, o povo Guarani não é apenas vítima do processo colonial, mas é formada por sujeitos que resistem, lutam, conquistam e permanecem em constante mobilização, em busca das reparações que lhe cabem para manterem seu modo de vida.

Para o estudo de grupos subalternos, convém considerar, ainda, a tendência atual da história política de rejeitar a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados, incorporando as ideias de pacto, negociação e cultura política para a análise de suas relações sociais. Trata-se, na verdade, de uma leitura antropológica das relações de poder, no sentido de buscar significados distintos para acordos e estratégias comuns entre grupos cultural, social e etnicamente diversos. Valoriza-se cada vez mais os fatores subjetivos e culturais nas práticas políticas desenvolvidas pelos atores, por meio de análises interdisciplinares que permitem identificar culturas políticas de grupos subalternos construídas nas relações de conflitos e acordos com os demais agentes com os quais interagem. (ALMEIDA, 2012, p.157).

Tal compreensão das dinâmicas culturais presentes nos debates da história indígena, entre culturas assimétricas em questões de poder e perpetuação, está alinhada ao conceito de transculturação introduzido pelo cubano Fernando Ortiz em publicação de 1963, *“El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco”*. Na obra, a transculturação aparece de modo diferenciado e mais completo que a simples

‘aculturação’ definida posteriormente por Alfredo Bosi em *Dialética da Colonização* (1992), palavra que designa o fenômeno advindo do contato entre sociedades dessemelhantes, que pode ocorrer em diferentes períodos da história, consistindo em um processo de submissão social; nem com o conceito de ‘deculturação’, apresentado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro em *As Américas e a Civilização: Processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos* (1970), que se refere ao processo de total substituição de um elemento cultural por outro, ou ainda, a adoção gradual de um elemento novo em detrimento de outro mais antigo - mas sim como uma transição e uma fusão entre grupos culturais interagentes, na qual, ainda que implique uma perda de traços culturais anteriores, há um ganho de novas feições, por meio da junção, recomposição, seleção, absorção e reformulação dos valores que regem o sistema cultural (MARÇAL; VIEIRA, 2019, p. 480-481).

Tal processo é detalhado de modo que não decaia em um licencioso louvor aos ganhos culturais, ocultando ou desvalorizando o peso de suas perdas, mas que busque delinear a complexidade das dinâmicas de disputa e diálogo cultural, efetuando-se

em três momentos: na 'desculturação', na qual há a perda dos componentes culturais do povo dominado; por conseguinte, na 'incorporação' de uma cultura externa imposta e, ao fim, em uma 'neoculturação', entrelaçamento dos elementos culturais tradicionais aos externos adquiridos gerando novas configurações culturais (MARÇAL; VIEIRA, 2019, p. 481).

Fica evidente como a transculturação não desconsidera a desigualdade de poder entre diferentes culturas, muito menos as perdas culturais resultantes dos conflitos sociais. Por outro lado, tal processo centra-se no jogo cultural, na mistura entre as diferentes cosmovisões, historicidades, territorialidades, etc. permitindo que captemos mais apropriadamente a síntese original resultante deste jogo conflituoso, sem romantizar os sujeitos nem suas culturas. Sendo assim, nos utilizamos da transculturação para compreendermos os elementos narrativos das entrevistas concedidas para o presente estudo.

Para que o trabalho abrangesse as principais nuances que contribuem para o entendimento da memória Avá-Guarani, abordamos aspectos relacionados à cultura, território e as relações com atores que disputaram o mesmo espaço geográfico.

Ademais, vale destacar que foram imprescindíveis para a execução das entrevistas e a elaboração das perguntas, as vivências realizadas por mim, tanto presenciando assembleias políticas Guarani, como a *Aty Guaçu*, quanto visitando a *tekoha Mokoy Joegua*, a *tekoha Curva Guarani*, *tekoha Ocoy*, a *tekoha Añetete* entre os anos de 2017 e 2019. A preparação para tais vivências, que se aproximaram de uma etnografia, ocorreu nos anos anteriores, por um interesse gerado sobre a temática indígena da região, pelas disciplinas da própria grade curricular do curso de História- América Latina da UNILA, assim como pelo aconselhamento do orientador deste trabalho, que mantém contato constante com os Guaranis. Os contatos diretos com as terras e os sujeitos que resistem foram fundamentais para afinar as análises e interpretações que perpassam este estudo e estão alinhados com os desdobramentos dos debates da história indígena que apontam para uma maior interdisciplinaridade entre história e antropologia.

as abordagens interdisciplinares atuais de historiadores e antropólogos têm caminhado no sentido de cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando-as sempre em um contexto histórico e valorizando a ação e compreensão que os próprios povos ou indivíduos estudados têm sobre suas ações, trajetórias e relações. Para isso, lançam mão dos mais diversos tipos de fontes, questionando-as e problematizando-as a partir de pressupostos teóricos e conceituais renovados por sua crescente interlocução (ALMEIDA, 2012, p.153).

Os debates que levantamos nesta introdução delinearam os direcionamentos heurísticos para elaboração do estudo. Passamos então para os debates acerca da territorialidade Avá-Guarani em si, para posteriormente demonstrarmos como estes estão intimamente envolvidos com as disputas pela memória oficial sobre os acontecimentos que levaram a esta retomada.

Utilizando tal metodologia, construímos os capítulos, sendo que: o primeiro capítulo apresenta o processo de chegada do povo guarani na região do Paraná, invasão do território guarani e a retomada Mokoy Joegua; o segundo capítulo aborda as disputas em torno da memória na região a partir da perspectiva guarani e a perspectiva institucional de Itaipu. Nas considerações finais deste estudo, faz-se uma reflexão em relação aos questionamentos levantados e à análise da hipótese aqui defendida de que a importância dedicada à adaptabilidade, ao Nhandereko e à memória foram fundamentais para a manutenção da luta pela retomada da terra tradicional.

## 1. Do território Guarani submerso à retomada Mokoy Joegua

O presente capítulo pretende apresentar os territórios ocupados pelos Avá-Guarani na região do Paraná e o movimento de retomada do território invadido. Para falarmos sobre territórios ocupados, é necessário delimitarmos, de maneira ampla, quem é o povo Avá-Guarani, dado que sua identidade influencia no processo de ocupação do território paranaense.

### 1.1. Os Avá-Guarani no Paraná

O que é concebido hoje como povo Guarani contempla uma variedade de povos, tradições e crenças, todos pertencentes à família linguística tupi-guarani, mas divididos geralmente em três subgrupos linguísticos: Kaiowá, Mbya e Nhandeva. Essa divisão é essencial para compreensão dos processos históricos de resistência e ocupação territorial Guarani, pois demonstra a diversidade e complexidade do modo de vida e da visão de mundo desses povos milenares, que mantêm suas tradições apesar da perseguição e marginalização sistemática empregada contra eles pelos colonizadores europeus e posteriormente pelo estado brasileiro.

Os Kaiowá (ou Pai-Tavyterã) habitam majoritariamente o sul do Mato Grosso do Sul e a área contínua desse estado no lado paraguaio; os Nhandeva concentram-se nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná (no oeste e no norte deste) e no Paraguai oriental (Alto Paraná, Caaguazu, San Pedro, Concepción e Canindeyu); e os Mbya ocupam um amplo território que envolve todos os estados da Região Sul do Brasil (SC, PR e RS) e alguns da Região Sudeste (SP, RJ e ES), especialmente no litoral destes, assim como a região oriental do Paraguai e o norte da Argentina (em Misiones e Entre Rios) (ALCÂNTARA et al (org.), 2019, p. 21).

Em que pese nosso olhar sobre uma região específica, é importante salientar que os Guarani estão presentes em diferentes países e há outros subgrupos linguísticos além daqueles destacados acima, conforme sistematizou o Caderno do Mapa Guarani Continental (2016, p.10):

Os Guarani na atualidade:

1. Mbyá (Argentina, Brasil e Paraguai);
2. Avá-Guaraní (Paraguai), conhecidos também como Nhandeva, Guaraní ou Chiripá (Brasil e Argentina);
3. Paĩ-Tavyterã (Paraguai), conhecidos como Kaiowá (Brasil);

4. Ava-Guaraní y Iloseño (Bolívia e Argentina), conhecidos como Guarani Ocidental (Paraguai), e também como Chiriguanos ou Chahuancos (Argentina)
5. Gwarayú (Bolívia);
6. Sirionó, Mbía ou Yuki (Bolívia);
7. Guarasug'we (Bolívia), Tapieté ou Guaraní-Ñandeva (Bolívia, Argentina e Paraguai);
8. Aché (Paraguai)

Notemos que o subgrupo Nhandeva Guarani citado acima é sinônimo de Avá-Guarani e que dentre as regiões ocupadas por eles, a do oeste do Paraná é a região focal de análise deste trabalho. Mais especificamente, é dentro dos domínios do município de Santa Helena que ocorre o processo de reocupação da terra tradicional, a retomada *tekoha Mokoy Joegua*.

Após essa breve descrição do povo Avá-Guarani, seguiremos com a análise do processo de ocupação no território paranaense, com primeiros registros datados do século XVI, nas demarcações geográficas que reconhecemos hoje como Paraguai e Brasil, antes configuradas como uma só terra e plenamente habitada por eles. Por tal razão, as zonas de fronteira entre ambos os países são territórios importantes para os povos tradicionais, pois contemplam as terras habitadas por seus antepassados há séculos, muito antes das divisões políticas impostas pelos não-indígenas.

O povo Guarani ocupa as calhas dos rios Paraguai e Paraná há pelo menos dois mil anos Antes do Presente, pois, estudos arqueológicos que baseiam esta afirmação identificando na região diversos sítios arqueológicos de grupos ceramistas relacionados à cultura dos tupi-guarani (Imagem 1). Os artefatos arqueológicos encontrados datam entre dois mil e dois mil e quinhentos anos Antes do Presente (BONOMO et al. (org.), 2015, p. 54-73).

Imagem 1: Mapa de localização dos sítios arqueológicos Guarani



Fonte: BONOMO, M.; ANGRIZANI, R.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. A model for the Guarani expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, v. 356, p. 54-73, 2015.

Esses achados arqueológicos demonstram uma ocupação ampla dos Avá-Guarani no oeste paranaense. Por praticamente três séculos após o ano de 1500, quando os europeus começaram a explorar as terras do sul do continente, mesmo depois das diversas bandeiras e missões jesuíticas, ainda assim, o território Guarani do oeste paranaense não havia sofrido grandes investidas dos colonizadores. Entretanto, a Guerra da Tríplice Aliança<sup>3</sup> (1864-1870), iniciou um marco nesse sentido, já que as mobilizações militares que envolveram tal guerra, passaram a ocupar as terras tradicionalmente Guarani. Após essas primeiras grandes instalações de não indígenas na região, ocorre a perda de terras indígenas para as companhias ervateiras, no final do século XIX e início do século XX. Tal empresa, ocupou terras do oeste paranaense e do sul do Mato Grosso do Sul (ALCÂNTARA et al. (org.), 2019, p. 47-48).

## 1.2 Companhia Matte Larangeira e a exploração dos indígenas

<sup>3</sup> Mais conhecida na historiografia como guerra do Paraguai, entretanto sendo uma verdadeira guerra contra o Paraguai.



Fundada em 1884, a companhia se baseava na extração e comercialização da erva-mate e, para isso, explorava terras e força de trabalho indígena, tanto dos povos Nhandeva (Avá) quanto dos Kaiowá.

Em entrevista realizada no tekoha Añetete por Alexandre Sousa, o senhor Onório Benites diz se recordar como se deu o processo de expropriação de terras promovido pela empresa Matte Larangeira.

Lá em Dois Irmão era tudo mato ainda, mas depois começaram a roçar, ficou tudo mecanizado lá, e ali tudo é colono. A empresa de Larangeira comprou, não trabalhavam ali. Então, eles pegavam só de lá de Campina, uma parte do Mato Grosso e até o Porto Mendes... Eles tocavam serviço né, tinha trem, tudo... Eu trabalhei para a companhia Matte Larangeira. Então, nós puxávamos lenha com trem número 4, puxava lenha de Porto Mendes. Pegava de Porto Mendes, de rio Iguaçu e de Oliveira Castro, dali a gente levava lenha lá para uma usina de luz, que era tocada a lenha, naquele tempo...(BENITES, 2019).

O fim da Guerra da Tríplice Aliança resultou na instalação da Companhia Matte Larangeira em território Guarani. O governo estadual concedeu terras para exploração em retribuição ao apoio prestado pelos donos desta empresa na guerra. (ALCÂNTARA et al. (org.), 2019, p. 34-35). Devido a essa invasão pela Companhia, os povos que ali se encontravam tiveram alterações significativas em sua organização social e territorialidade de maneira forçada. Para realizar a exploração da erva-mate, a empresa absorveu os conhecimentos indígenas de trato com a erva, uma vez que o consumo da erva-mate se iniciou com esses povos tradicionais para fins religiosos, antes mesmo da chegada dos colonizadores.

Em entrevista efetuada com o senhor Inocência, um senhor simpático de 72 anos, outra fala nos chama muita atenção. Assim como na fala do senhor Onório, ambos trabalharam para empresas colonizadoras no decorrer do século XX, época em que o território Guarani apesar das pressões e invasões sofridas, ainda não havia sido alagado por Itaipu. Por que trabalhar para essas empresas? Seu território já não conseguia reproduzir o modo de vida Guarani? Segundo o senhor Inocência, por conta da utilização de roupas e sapatos, entre outros artefatos que não eram produzidos pelos Guarani, o trabalho e possível remuneração era o que garantia a compra destes produtos.

O serviço era assim, no tempo que tinha começado essa cidade que chamavam Santa Helena. Tinha bastante serviço, como derrubar o mato, roçar o mato. A gente trabalhava de machado porque quase não existia trator, motosserra também naquele tempo. Então tinha bastante serviço, por isso eu vim pra cá trabalhar um pouco e por isso aprendi muito. É... a gente saía do nosso tekoha para trabalhar porque devagarinho, quando ia crescendo, a gente aprendia muita coisa do branco que a gente precisava também né. A gente não tinha ajuda, então, tinha que trabalhar para conseguir alguma coisa, é por isso que saíamos para trabalhar. Naquela época não havia uma dificuldade pela terra, não era é por isso que a gente saía. O problema é que a gente começou a usar sapato, camisa e ninguém produz dentro da aldeia, então, tinha que sair pra trabalhar, né, é por isso que eu saí.

Mas a comida quase não faltava pra nós. Tinha peixe, lambari, mandioca, banana, laranja, tudo tinha naquela aldeia.

Só que alguma coisa que a gente não tinha, não tinha jeito de produzir, tinha que sair pra trabalhar, é por isso que eu vim aqui, conhecer Santa Helena. Eu conheço desde 1965 aqui, acho que com nove, dez anos por aí, porque minha mãe morreu em 1975 aqui, aqui no cemitério. É isso que eu conto (ACOSTA, 2019).

Possivelmente esta é uma evidência de que já ocorria um movimento de transculturação. O contato com o não indígena gerou necessidades que sua própria cultura já não atendia. Ademais, este movimento já fazia parte da perda territorial, uma vez que as empresas colonizadoras invadiam seu território. Apesar desta possível interpretação, uma segunda possibilidade também pode ser levantada. A procura por trabalho para empresas colonizadoras já poderia ser um sinal grave de desequilíbrio ambiental, podendo até mesmo gerar a fome. Esta hipótese ganha força através de outro relato do próprio senhor Inocêncio, onde ele diz que às vezes a remuneração pelo seu trabalho era comida.

Eu lembro, a gente vinha trabalhar porque tinha bastante serviço, então quase não faltava pra nós quando trabalhávamos, né, o branco não dava nada de graça, mas a gente trabalhando conseguia alguma coisinha. Eles pagavam por esse trabalho. Em dinheiro e em cesta básica (ACOSTA, 2019).

Este processo de invasão das terras indígenas intensificou-se com o estímulo do governo federal e estadual, atraindo companhias colonizadoras, como a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (Codal) e colonos de estados vizinhos (ALCÂNTARA et al (org.), 2019, p. 48). O avanço do Estado brasileiro na região, baseado em uma ideologia desenvolvimentista e excludente, gerou forte pressão sobre o povo Guarani.

### 1.3 Terras guaranis pressionadas pelo discurso do progresso

Outro marco cronológico de acontecimentos que resultaram em significativa perda de usufruto das terras tradicionais na região ocorreu a partir de 1939, com a criação do Parque Nacional do Iguaçu<sup>4</sup>. As poucas terras que restavam aos Guarani, mais uma vez estavam sendo pressionadas pela colonização. Em 1964 há o golpe militar brasileiro, o qual instituiu um regime de exceção com a ocupação do poder estatal por generais das forças armadas brasileiras, utilizando-se do discurso do desenvolvimento e do progresso para se manterem no poder, com forte apelo para a conquista das florestas e ampla exploração de seu solo e de seus frutos. Dito discurso apoiou-se nas piores práticas de ocupação da terra em termos de desenvolvimento sustentável e dá o tom dos ideais que vão permear todo o processo de construção da Hidrelétrica de Itaipu, bem como de sua memória oficial, como veremos mais adiante.

Em 1974 começam as obras para construção da hidrelétrica, e em 1982, com a criação do lago artificial de Itaipu, temos a gota d'água em um copo que já estava quase derramando, este era o copo do esbulho das terras guaranis. Este marco viria concluir todo processo de colonização e invasão dos territórios Guarani, desta vez com um agravante, seus territórios não ficariam nas mãos de empresas colonizadoras, nem de colonos, ficariam, em sua maioria, abaixo do gigantesco lago de Itaipu<sup>5</sup>. O projeto da usina, gerou alagamento em diferentes espaços, promovendo uma expulsão forçada e um imenso impacto ambiental, conforme trechos a seguir:

O projeto foi denunciado inúmeras vezes, por seu imenso impacto ecológico, o mais visível sendo o desaparecimento do Salto das Sete Quedas, atração turística da região, porém outros efeitos negativos foram resultado de tal intervenção: a perda de inúmeros artefatos arqueológicos – ainda que parte tenha sido resgatada – o desequilíbrio da fauna ribeirinha, com o aumento das piranhas e o desaparecimento de outros peixes, o desaparecimento de pequenos rios e a questão da erosão das margens, mas o maior impacto foi sentido pela população que ali vivia: pequenos agricultores, posseiros, pescadores e os indígenas que se viram obrigados a

---

<sup>4</sup> “A criação do Parque Nacional do Iguaçu faz parte de uma série de medidas tomadas pelo Governo Federal, já à época de Getúlio Vargas, a fim de apossar-se efetivamente daquela parcela do território brasileiro” (ALCÂNTARA et al (org.), 2019, p. 159).

<sup>5</sup> “Itaipu inundou e removeu populações humanas de uma área de 1.350 km<sup>2</sup> ou 135 mil hectares, atingindo mais de 40 mil pessoas (entre índios e não índios) e encobrendo quase 7 mil “propriedades” ou áreas tituladas” (ROCHA, 1991, p. 15).

sair de seu local de moradia por um plano governamental que eles não entendiam e que, quanto mais este lhes era explicado, mais aqueles atingidos se viam alienados no processo e impotentes para alterar o resultado de tal projeto (ROCHA. 2018, p.50).

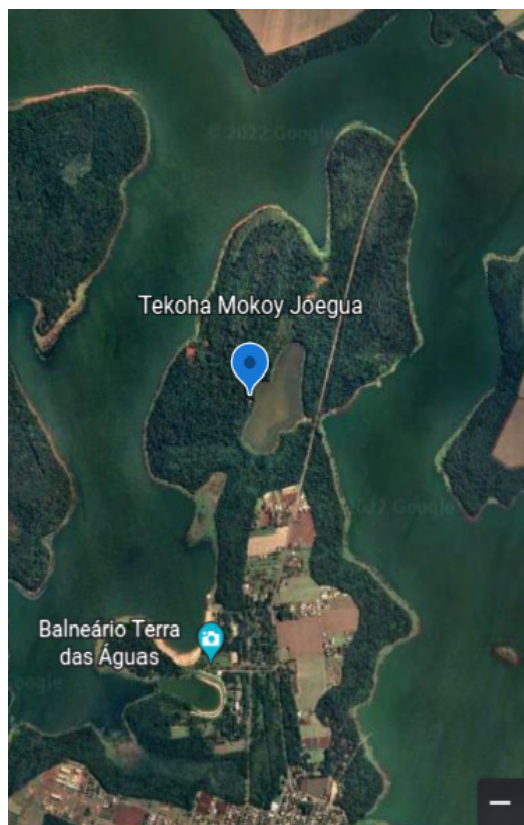
A região do Salto de Sete Quedas, que se constituía como o maior conjunto de cachoeiras do mundo em volume de água, elemento essencial para suas práticas religiosas e migrações de cunho espiritual, também foi perdida.

O alagamento das áreas e a certificação pelo Estado da inexistência de presença indígena na área – com a chancela da Funai, por meio de diagnósticos precários – causaram danos que são sentidos até hoje por esse povo. Aldeias inteiras foram alagadas, moradias foram destruídas e redes de parentesco foram afetadas. A obra afetou lugares históricos e sagrados, como o famoso Salto de Sete Quedas, localizado em Guaíra, além de cemitérios e sítios arqueológicos que servem de referência à ocupação indígena na região (ALCÂNTARA, et. al. (org), 2019, p. 9).

Outra região afetada foi o município de Santa Helena, palco para as dinâmicas territoriais abordadas aqui, onde parte das áreas inundadas pela Itaipu são terras indígenas Avá-Guarani. Para além de Santa Helena, do lado brasileiro, cerca de 40.000 mil pessoas foram atingidas pela desapropriação e se viram obrigadas a deslocarem-se para outras localidades (BIANCHIN; MARCELINO, 2019, p. 2).

O não reconhecimento da população indígena que ali estava, e principalmente de suas terras por direito, é o marco de um processo com seus efeitos sentidos até hoje e se materializa nas retomadas Guarani presentes no oeste paranaense. São 21 retomadas existentes na região, sendo à *tekoha Mokoy Joegua* foco desse trabalho, localizada às margens do lago artificial da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no município de Santa Helena, na porção oeste do estado do Paraná (Imagem 2). Das 24 terras ocupadas pelo povo Guarani atualmente na região somente 3 estão demarcadas, as restantes são movimentos de retomada.

Imagem 2: Mapa de localização da retomada Mokoy Joegua.



Fonte: Elaboração própria criada no Google Earth.

Em entrevista concedida ao projeto de extensão 'Memória e Identidade do povo Kaingang'(UNIOESTE), coordenado pelo professor Paulo Porto, o Tamõi<sup>6</sup>(cacique) da aldeia Cláudio Vogado afirma que em outubro de 2017 cerca de 31 pessoas moravam no *tekoha*, e reivindicam as terras que restaram do alagamento promovido pela Itaipu para construção da represa que alimenta a hidrelétrica. O Tamõi afirma que o território tradicional era ainda maior, porém porções de terra foram submersas, reforçando a importância da manutenção das terras restantes para que não se perca o legado erguido pelo povo Avá-Guarani na região que abrange o município de Santa Helena.

---

<sup>6</sup> “ A cada família extensa corresponderá, como condição para sua existência, uma liderança, em geral um homem que denominam Tamõi (avô), não sendo raro, contudo, a existência de líder de família extensa mulher, que denominam Jari (avó) – neste caso, a incidência é maior entre os Nandeva.O líder familiar aglutina parentes e os orienta política e religiosamente ”(MURA; ALMEIDA, 2003).

#### 1.4. Os sentidos do *Tekoha Mokoy Joegua*

Para uma melhor compreensão da importância do território para o povo Avá-Guarani é importante retomar a etimologia do nome dado à terra retomada: *tekoha Mokoy Joegua*. O próprio termo ‘retomada’ é utilizado para se referir ao *tekoha*, pois para o povo Guarani esta é uma prática que objetiva pressionar o poder público pela restituição e demarcação de terras que no passado já fizeram parte de seu território tradicional, anteriormente aos processos de esbulho aos quais esse povo foi submetido. Território tradicional este que, hoje, em grande parte, encontra-se submerso em razão da criação do referido lago artificial.

Já o termo *teko* já fora traduzido como o conjunto de normas que direcionam as formas de ser e estar do modo de vida Guarani, por sua vez o termo *nhande* é atribuído ao pronome da primeira pessoa do plural (nós), também pode significar o pronome possessivo (nosso), a depender do contexto de uso (RAMO, 2020, p. 123). A junção de ambos os termos forma a palavra *nhandereko*, ou modo de vida Guarani. Em entrevista concedida ao projeto de podcast ‘Narrando Utopias’, vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina, Kerexu Yxapyry, a cacica guarani explica o significado de *nhandereko*, segundo ela:

*ekó* pra nós significa vida, cada ser tem o seu *ekó*. [...] E a gente tem também o *tekó*, o eu, a minha vida, o meu corpo físico carregando a minha vida dentro do meu corpo. Esse corpo é uma casa, um templo da vida. E a gente tem *tekoá*, para nós o espaço, o ambiente onde vivem os corpos com vida. O *nhanderekó* é onde a vida está e é relacionado com todos: com o corpo, com o espaço, com a parte do ambiente. E nós conseguimos fazer circular essa vida, esse respiro, que eu consigo compartilhar com as plantas, com os animais, e com outros seres humanos (KEREXU, episódio 1, 2021).

Segundo Ramo (2020), a relação das palavras guaranis e seu entrelaçamento com o modo de vida demonstra a associação inseparável entre tempo e espaço para os Guarani, aponta a mobilidade como fator de continuidade, de sobrevivência e de perpetuação.

O *teko* é essencial para o *nhandereko*, e o *tekoha* é o espaço onde *nhandereko* pode ser manifestado e vivo em plenitude, pois um é parte essencial do outro, sendo o conjunto determinado por *Nhanderu*. Em entrevista realizada por Alexandre Sousa, Miguel vera nos demonstra essa estrita associação.

Para manter nossa cultura, porque nós precisamos disso? Porque Nhanderu precisa disso, para manter, para não errar nosso caminho, é por isso que nós estamos na retomada, porque aqui perto não tem demarcação ainda, tem somente a Ocoy, e Añetete, mas não é suficiente para a manutenção do nosso modo de ser Guarani.. Não tem mais espaço... A população indígena também cresceu, a cada dia ela cresce mais, e por isso que precisamos de espaço também para nossa família (VERA, 2019)

Neste sentido, a mobilidade é essencial para resgatar o território ancestral, reconhecido a partir da memória, resgatado e encontrado pelo traço caminhante. O *teko* já fora determinado pela força motriz guiada pelos *Nhanderu*, mas é através da mobilidade no tempo/espaço que o *tekoha* pode ser encontrado, despertado e vivido, “permite-nos pensar o *Nhandereko*, ao mesmo tempo, como dádiva e regra” (RAMO, 2020. p. 123).

*Teko porã* é um termo que expressa o auge do *nhandereko*, refere-se a um estado de bem-viver, de felicidade e contentamento, possibilitado pelas normas, costumes e ritos Guarani (*teko*), “sem *tekoha* não há *teko*, e sem *teko* não há *teko porã*” (MELIÀ, 2013). *Tekoha* é território do *teko porã*, o lugar do bem viver. É observável o entrelaçamento das palavras guaranis e seus significados, os termos se conectam uns aos outros, assim como a organização social dos Avá Guarani, que buscam seguir os passos de seus antepassados, e conforme caminham desenham os passos seguintes de seus sucessores. A linearidade do modo de vida Guarani se expressa nas palavras de maneira profunda e poética. Em entrevista concedida á Alexandre Sousa, o senhor Inocência nos resume muito bem o que significam estes conceitos de seu povo.

*Teko porã* significa que uma aldeia que fica tranquila, ninguém incomoda, ninguém manda. A comunidade que manda. É isso que é o *teko porã* para nós. Já o *nhandereko* é a cultura, é nosso sistema que nem eu falei para você agora de manhã. É nossa cultura, e o nosso canto, é para mostrar para nossos filhos, preparar nossos filhos. Eu também não sei quanto tempo vou viver, meu sogro morreu, não sei até quanto tempo que vamos dar conselhos para nossos filhos também. É tudo isso que falamos quando estávamos na casa de reza, é isso que é a nossa cultura, e precisamos transmiti-la enquanto houver tempo (ACOSTA, 2019).

A partir dessas considerações, conclui-se que o espaço onde se vive é essencial para os Avá-Guarani, não apenas por uma questão de moradia ou instalação cotidiana, mas porque os conecta com seus valores, com os mais profundos manifestados interna e externamente. Ou seja, os Guarani possuem estreita relação com seus territórios, pois, além da manutenção de sua sobrevivência, suas terras tradicionais expressam sua identidade, conduzem suas

crenças, ritos e rotas de mobilidade, por essa razão estes povos lutam pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais. Nenhum outro pedaço de terra no mundo carrega a sua ancestralidade, nem está ligada à história íntima de suas mobilidades e ao desenvolvimento de seu povo. Essa forma de enxergar a vida e a terra está expressa em diversos termos guaranis, que carregam os significados de sua crença cosmológica tradicional.

Para além dessa dimensão da relação com o território é importante considerar que há também a dimensão da relação com a natureza, as pessoas, os animais, os elementos do ambiente, é o que garante o modo de vida Guarani. Aliás, vale ressaltar que conceber-se como parte da natureza, sendo a natureza tudo o que existe, tudo o que fazemos e pensamos, marca uma forte alteridade à concepção de natureza comum aos não-indígenas urbanizados, já que esta última traz uma visão antropocêntrica de exploração inconsequente da terra, como se não houvesse vida a ser respeitada nela.

Essa relação com a natureza e o território também é confirmada a partir do relato do Tamõi, que demonstra como a noção de propriedade privada não foi incorporada pela cultura Guarani, pois trata-se de um conceito contrário ao modo de vida coletivo que integra as pessoas e os ambientes em uma dinâmica comum. A posse individual de áreas e terrenos não faz parte da visão de mundo Guarani, pois para eles a terra não é um espaço a ser dominado e explorado, não é algo externo, não é dádiva entregue para usufruto do ser humano, mas se trata da manifestação do sagrado que integra a existência humana aos demais elementos da natureza.

Então, essa parte é verdade porque, por exemplo, nós estamos na luta e eu prefiro as terras aqui, não só para mim, mas para toda comunidade, porque eu sei que a comunidade também tá sofrendo como eu estou sofrendo. Então a comunidade se reúne, e na hora que sair alguma terra é para todo mundo que mora aqui. Então, a comunidade já vai começando a plantar, produzir alguma coisa para consumo, aí já começa mantendo as crianças, porque as crianças hoje, às vezes, não se acostumam mais com a comida do Guarani, acontece isso, a criança não quer comer mandioca assada, batata assada, já acostumou a comer ervilha, arroz, carne. Por isso que eu estou falando, tem que ter serviço para você conseguir carne, arroz, feijão, ou seja, farinha de trigo, por exemplo. Se nós plantarmos arroz, feijão nós iríamos ter na roça mesmo, não precisaríamos comprar, nós só compraríamos alguma coisa que precisasse mesmo, por exemplo, azeite, sal, farinha, também não podemos comprar do mercado, não nasce assim da terra...(VOGADO, 2019).

Portanto, a partir dessa análise, é possível compreender que o processo de retomada tem um sentido profundo para o modo de viver desse povo e não apenas um olhar de retomar um espaço físico que um dia foi ocupado por eles.



## 1.5 A luta pela retomada do *tekoha Mokoy Joegua*

Os conflitos territoriais a que foram submetidos, dilapidam o *teko porã* e impedem o bom viver, ou bem viver. A noção de bem viver é explicada em entrevista concedida pelo antropólogo Bartolomeu Melià em 2013:

*Teko porã* é um bom modo de ser, um bom estado de vida, é um "bem viver" e um "viver bem". É um estado de ventura, de alegria e de satisfação; um estado feliz e prazeroso, aprazível e tranquilo. Há um bem viver quando existe harmonia com a natureza e com os membros da comunidade, quando existe alimentação suficiente, saúde e tranquilidade, quando a "divina abundância" - que Ulrico Schmídel encontrou entre os Guarani em 1537 (Cf. Schmídel 2003) - permite a economia da reciprocidade, o *jopói*, isto é, "mãos abertas" de um para o outro. Para existir, o *teko porã* necessita de um *tekoha*, um lugar onde somos o que somos, um território - floresta, campo de cultivos, rios... Não se pode pensar somente em um "pedaço de terra", trata-se de um conceito mais complexo e amplo (MELIÀ, 2013).

Embora esses conflitos representem um estado de alerta quase constante, retomar e ocupar seus territórios tradicionais e lutar pelo reconhecimento legal de sua posse é a possibilidade de manter viva sua cultura e seu legado, e garantir para os que estão por vir, o *tekoha*. Por essa razão, em janeiro de 2017, cerca de dez famílias da etnia Guarani Nhandeva ocuparam uma área às margens do lago artificial da Itaipu Binacional, área esta que contempla um território tradicional, que possivelmente fora ocupado por seus antepassados.

O Tamõi Cláudio Vogado nos contou parte de sua história, e narrou a dificuldade de manter a tradição da mobilidade. Ele elucida que morou cerca de vinte e sete anos em São Miguel do Iguçu, na aldeia Santa Rosa do Ocoy, localizada às margens da represa da Itaipu, na porção mais ao sul. Ao se mobilizar junto a seus pais para *tekoha Añetete*, localizada no município de Diamante do Oeste, se inicia uma jornada que os levaria a uma luta por reconhecimento e respeito por parte dos municípios e empresas que dominam esses territórios.

O Tamõi relata que passou por municípios como Matelândia e Itaipulândia, seguindo as rotas de seus parentes e antepassados, mas os processos de reintegração de posse e desistência de alguns grupos de ocuparem determinados territórios, levou-o a mobilidade contínua até chegar onde hoje se localiza *tekoha Mokoy Joegua*.

Na mesma aldeia, sua esposa Jari<sup>7</sup>(líder espiritual) Cecília, de origem Paraguaia, veio ao Brasil, tendo como primeiro destino a região de Ocoy, mas a aldeia já não tinha espaço adequado para seguirem com sua cultura, o que motivou sua ida para a aldeia na cidade de Diamante e de lá para Matelândia. Depois, seguiu para Itaipulândia e, por último, o tekoha Mokoy Joegua, em Santa Helena, onde continua a luta.

Esse processo de retomada, carregado de conflitos e estrangulamento cultural, também gera dor e sofrimento às famílias, como publicado no jornal Brasil de Fato, em 11 de março de 2022, no qual noticia o suicídio de um jovem de 15 anos na *tekoha Mokoy Joegua*, caso não isolado, pois faz parte de uma realidade sistemática uma vez que o povo Guarani em todo seu território registrou 16 suicídios no ano de 2021. O número é considerado altíssimo, uma vez que marca semelhante já ocorreu em um período muito mais amplo, conforme comentado pela integrante do CIMI, Osmarina de Oliveira, também na reportagem:

Conforme já publicado pelo Brasil de Fato, de acordo com uma pesquisa da Universidade Federal Rio de Janeiro (UFRJ), foram 18 suicídios entre os anos 2000 e 2018. "Veja, em 2021 tivemos quase o mesmo número de mortes que o registrado em 18 anos. Isso indica que o povo Avá Guarani atravessa uma espécie de epidemia de suicídio. Tudo isso é reflexo da falta de políticas públicas que garantam assistência médica especializada, isso sem mencionar a falta de alimento, moradia digna e tantas outras mazelas a que seguem sendo expostos(SOARES, 2022)

Além disso, o não reconhecimento dos territórios tradicionais indígenas gera a falta de infraestrutura básica, como postos de saúde, acesso a remédios e serviços hospitalares, escolas, saneamento básico, coleta de resíduos, entre outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado. Como relatado por Cláudio, que indica a precariedade vivida pelos Avá-Guarani em seus territórios, reconhecendo o abandono institucional que leva a falta de assistência, a população indígena cresce, mas seus territórios não expandem na mesma proporção, levando a uma superlotação, e escassez de recursos que garantem a manutenção da vida e da sobrevivência desses povos. A liderança indígena expressa em suas palavras que a jornada de sua família em busca de novos territórios se deu em detrimento da falta de elementos que garantissem seu modo de vida na aldeia Santa Rosa do Ocoy.

---

<sup>7</sup> “ A cada família extensa corresponderá, como condição para sua existência, uma liderança, em geral um homem que denominam Tamõi (avô), não sendo raro, contudo, a existência de líder de família extensa mulher, que denominam Jari (avó) – neste caso, a incidência é maior entre os Nandeva. O líder familiar aglutina parentes e os orienta política e religiosamente”(MURA;ALMEIDA, 2003).

A Itaipu, constantemente investe contra as retomadas, como, por exemplo, no episódio noticiado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 23 de setembro de 2019, sobre a negativa do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, aos recursos da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaipu Binacional que buscava reintegrações de posse contra as retomadas Curva Guarani, *tekoha Pyahu* e *Yva Renda*, do povo Avá-Guarani, no oeste do Paraná. Segundo o CIMI, os despejos já estavam suspensos por decisão liminar do ministro Dias Toffoli, então presidente da Corte.

Segundo a notícia, a tese do Marco Temporal<sup>8</sup> é defendida por ruralistas e possui caráter anti-indígena, buscando restringir a demarcação de terras indígenas apenas aquelas sob a posse dos povos tradicionais em 5 de outubro de 1988, significando na prática uma legitimação das invasões e a violência sofridas pelos povos indígenas que reivindicam seu direito originário aos territórios. Esta tese foi utilizada pela Itaipu, em seu pedido de reintegração de posse, uma vez que na promulgação da constituição de 1988 os Guarani não estavam no local onde hoje se encontra as retomadas. Se interpretado sob a ótica do marco temporal, o deslocamento do *Ocoy* para a *tekoha Mokoy Joegua*, gerado pela precariedade vivida na terra regularizada *Ocoy*, não deve ser reconhecido pelo estado brasileiro, direcionando o discurso da Itaipu para um caminho sectário e não amplo, pois adotam o “voltem de onde vieram”, como se a mobilidade empregada pelos Avá-Guarani não fosse forçada ou impulsionada por razões da sobrevivência de sua cultura.

O movimento de retomada é uma prática de resistência, pois os Guarani estão em busca de reparação pelos territórios afetados pela construção da usina, afinal, a região ocupada contempla o que, outrora, era seu território.

...os territórios Guarani seriam, acima de tudo, “territórios de comunicação”, prenes de memória, de história e de relações significativas, que não são abandonados porque integram um conjunto, mudando-se apenas de lugares, mas dentro de uma espacialidade ou territorialidade (MELIÁ et al. apud ALCÂNTARA et al., 2019, p. 28).

---

<sup>8</sup> Em síntese, a tese do marco temporal pretende restringir as demarcações de terras indígenas apenas àquelas áreas que estivessem sob a posse comprovada dos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A Teoria do Indigenato, por outro lado, reconhece os direitos indígenas como originários, ou seja, anteriores ao próprio Estado. (CIMI, 2022)

É essencial compreender quais são as motivações de presente, passado e futuro que corroboram na efetividade desta resistência materializada na retomada *tekoha Mokoy Joegua*, pois tais elementos são extremamente importantes para a manutenção do modo de vida Avá-Guarani. Pelas conexões simbólicas que estabelecem entre o seu passado e o seu presente, e por permitirem um projeto coletivo e partilhado de futuro, dentro da lógica do que compreendem como o “bem viver (ALCÂNTARA et al (org.), 2019, p. 19).

O modo de vida expresso pelos Guarani é herança ancestral, seus antepassados já viam a terra como elemento essencial para manutenção e reprodução da vida. O relato do líder político da comunidade, Cláudio Vogado, traz elementos desse modo de vida, conectado subjetivamente com o funcionamento da natureza, e resiste mesmo com o sufocamento causado pela imposição dos costumes e hábitos urbanos. Em uma outra contribuição, o Tamõi Cláudio coloca que:

Lá em Diamante [do Oeste] tem terras, mas pensamos no futuro. Daqui dois, três anos, vai faltar terra para nós, para nossos filhos viverem“. Esta fala revela mais que uma estratégia de luta pela terra, demonstrando uma transformação na concepção de tempo e mesmo de historicidade” (ROCHA, 2018, p.81).

Como dito anteriormente, ambas as esferas, tempo e espaço, coexistem de forma simultânea, unidas pelo movimento, que contempla as mobilidades dos povos tradicionais, e levam à expansão do espaço dentro do decorrer do tempo.

A partir desse reconhecimento do modo de vida dos Avá-Guarani e a importância do movimento de retomada, é importante que o Estado Brasileiro faça cumprir os direitos dos povos originários, conforme previsto na constituição federal brasileira:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

A tentativa de receber uma indenização devida, ou ocupar o restante das terras que seriam suas por direito, é claramente uma importante motivação para a existência das ocupações. Segundo Brighenti e Borges (2015, p. 62), os Guarani

caminham não apenas por serem guarani, mas para permanecerem guarani, sendo que o desequilíbrio sociocultural resultante da ausência de terras constitui um elemento central nas suas migrações. Nesse sentido, é de fundamental importância compreendermos as disputas pela memória existentes na região. De um lado a memória imposta pelo Estado representado na região pela Itaipu, invisibiliza o povo Guarani, de outro a luta e resistência efetivada por eles, já é em si, a própria reivindicação de uma memória que os contemple.

Contudo, atualmente o povo Guarani permanece organizado e em luta, conforme podemos notar no documento recente emitido pelas comissões: Guarani da Verdade, da Comissão Tape Rendy Avaete Aty e Comissão Guarani Yvy Rupa, da região Oeste do estado do Paraná, nos dias 26 e 27 de novembro, direcionado a presidência da república. No documento (Anexo 3), o povo Guarani expõe suas demandas que dialogam diretamente com este trabalho, onde ressalta a necessidade de que as devidas reparações sejam feitas de maneira justa, tanto em quesitos materiais, moradia, território e lavouras quanto na reparação histórica no que diz respeito ao apagamento perpetrado pela Itaipu na região. (STENTZLER, 2022). A questão da terra é primordial, por se tratar da subsistência e manutenção de sua cultura, mas ela está completamente aliada a reparação histórica, onde a farsa deflagrada por Itaipu precisa ser desvelada.

## 2. Disputas pela memória oficial

Esse capítulo tratará dos contrapontos entre a memória oficial de Itaipu e a memória Guarani, além disso, pretende mostrar como o reconhecimento das terras tradicionais indica um movimento de reparação da memória oficial no âmbito do Estado brasileiro, com a efetivação das demarcações das terras indígenas já previstas na Constituição Federal desde 1988, e mais do que isso a efetivação da possibilidade do ser Guarani, estritamente atrelada à materialidade de um território que permita a manutenção do bem viver. Para a compreensão desses contrapontos é importante apresentar o que compreendemos por memória.

Os lugares podem ser formas de materialização da memória, e conseguem reacender as lembranças, pois podem ser percebidos pelos sentidos. Os monumentos históricos e sua arquitetura, as estátuas de personagens seletos do passado, as localidades que marcam acontecimentos importantes como a fundação das cidades, são lugares que carregam em seu cerne as narrativas daqueles que dominam o espaço e sua organização, como o Estado, as empresas e as instituições.

O historiador francês Pierre Nora inaugurou a expressão ‘lugares de memória’ durante as últimas décadas do século XX, que são, ao mesmo tempo, lugares materiais onde a memória social se baseia e pode ser percebida pelos sentidos; lugares funcionais que possuem a função de construir memórias coletivas; e lugares simbólicos onde a memória coletiva está manifesta (NORA, 1993, p.13).

Os lugares de memória são um dos pontos de referência para Maurice Halbwachs fundamentar sua análise sobre a memória coletiva. O aspecto de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, ou “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 1989), é apontado pelo sociólogo como algo positivo na funcionalidade da memória comum, de forma a reforçar a importância da memória coletiva nos processos históricos, isto é, a história trata as trajetórias humanas no tempo e está conectada com o coletivo, sendo que os acontecimentos não ocorrem de maneira isolada.

Por outro lado, a memória é elemento fundamental para o reconhecimento dos territórios tradicionais Avá-Guarani, pois a lembrança carregada pelos ancestrais dos movimentos de mobilidade e os lugares percorridos, possibilita a identificação e perpetuação para as gerações descendentes. Essa percepção está presente na

entrevista já citada do Tamöi Cláudio Vogado, em que afirma que o reconhecimento do território *tekoha Mokoy Joegua* executado por eles no presente, foi possível apenas porque “tem minha tia que conhece tudo esse lugar ali”, e faz gesto em referência a área ocupada por eles. Para o ser humano, a memória “pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366).

De acordo com Motta (2012, p. 27), a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento, já que (...) o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos”.

Aqui, nota-se duas perspectivas de memória: a primeira prevalece o lugar como elemento importante para materialização da memória e, nesse sentido, ela só é possível à medida que um grupo consegue assegurar sua presença em determinado espaço enquanto marcador da lembrança; enquanto na segunda perspectiva, a memória em si é fundamental para reconhecimento dos territórios, territórios esses que foram invadidos ou submersos. Assim, se faz importante a história oral para constituição dessa memória.

Outra perspectiva se desloca para a construção de uma memória estadista. Para Pollack (1989), a nação é “a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”. Aqui se percebe a importância da posição dos Estados nacionais no que diz respeito à memória coletiva, os discursos propagados pelas instituições e lideranças políticas, ecoam no imaginário comum e guiam percepções e narrativas. Ainda, o sociólogo Michael Pollak parte de uma metodologia construtivista para abordar a questão da memória coletiva, dessa forma a perspectiva foca nos processos e forças atuantes na fundamentação das memórias comuns, aquelas compartilhadas coletivamente por sociedades inteiras, grupos humanos numerosos que carregam lembranças e narrativas semelhantes.

Dita análise foca no discurso dos grupos excluídos das narrativas oficiais, de forma a abrir possibilidade para ampliação do horizonte histórico. Segundo o autor:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'Memória oficial', no caso a memória nacional (POLLACK, 1989, p. 2).

## 2.1 Desvendando a memória oficial da Itaipu Binacional

A partir da perspectiva de memória oficial apontada por Pollack e relacionando ao tema de análise deste trabalho, observa-se que esta memória oficial se manifesta nos discursos e posicionamentos da Itaipu Binacional sobre questões referentes à territorialização Avá-Guarani nas áreas de represamento da hidrelétrica. O discurso adotado pela empresa influencia diretamente a memória coletiva em relação aos povos Guarani, e conseqüentemente as memórias individuais, além de direcionar as narrativas históricas e justificar a dominação de terras tradicionalmente indígenas.

A Itaipu, como empresa binacional, é representante de dois estados latino-americanos, tendo sido construída pelos regimes ditatoriais brasileiro e paraguaio. Segundo o site oficial da Itaipu, a Usina é a maior produtora de energia hidrelétrica do mundo, tendo sido um marco histórico para a América do Sul. A usina tornou-se símbolo de progresso econômico nacional durante o período da ditadura militar que imperava nos países sul-americanos. Segundo artigo 'memórias submersas: análise sobre as memórias coletivas na formação do reservatório de Itaipu', publicado na Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade em 2019,

(...) o período de desapropriação das terras atingidas pela formação do reservatório de Itaipu se deu entre 1978 e 1982, atingiu 8.519 propriedades em 08 municípios do lado brasileiro, sendo que 81% das propriedades encontravam-se na área rural. [...] O município que teve o maior percentual de área alagada foi Santa Helena (PR) (BIANCHIN; MARCELINO, 2019, p. 4).

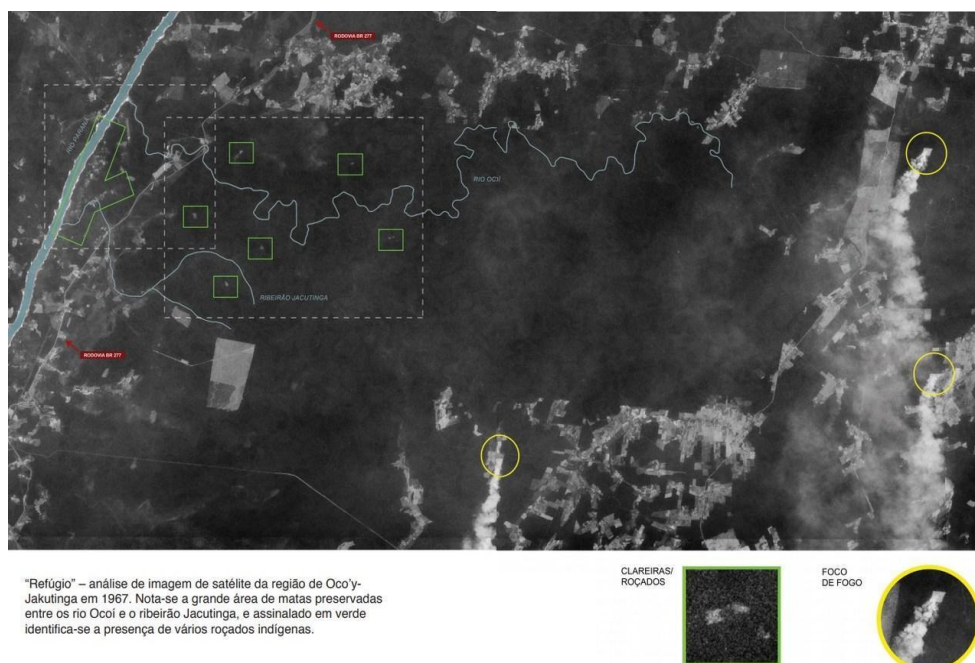
As evidências e investigações sobre tais violências continuam emergindo, demonstrando as necessidades ainda em aberto por não termos tido uma justiça de transição da ditadura civil-militar para o governo civil e os malefícios da política de anistia adotada a partir do final da década de 1970, com a criação da Lei de anistia em 1979. A exemplo das violências direcionadas aos indígenas, podemos citar o levantamento de dados e mapas mascarados pela ditadura, bem como das fotografias de funcionários da Itaipu binacional vangloriando-se pela destruição de



aldeias indígenas da região (apresentada para a Comissão Nacional da Verdade em 2017)<sup>9</sup>.

Segundo Lazzeri, neste mapa é possível identificar a ocupação indígena na região do Ocoy, território que posteriormente não foi reconhecido em sua totalidade para efeitos de demarcação e reassentamento, pois o território demonstrado na imagem hoje esta encoberto pelo lago de Itaipu. Já as imagens abaixo demonstram a sistemática atividade criminosa onde aldeias foram queimadas. Os homens nas fotos são funcionários do departamento jurídico Itaipu, mais conhecido à época como diretoria de desapropriações. São imagens fortes e aterrorizantes, principalmente ao se analisar que muito provavelmente isto era feito mediante ordem direta da empresa, uma vez que os funcionários exibiam os carros da mesma, tiravam fotos onde nelas aparentam exprimir orgulho pelo crime perpetrado.

Imagem 3: Imagem de satélite da região do Ocoy-Jacutinga em 1967



Fonte: Atlas do Desterro Oco'y-Jakutinga mapas & documentos da expropriação territorial e remoção forçada dos Avá-Guarani de Oco'y-Jakutinga, oeste do Paraná (1940-1980)

<sup>9</sup> Conforme reportagem da organização Repórter Brasil publicada em 2020, sob o título "Mapas inéditos indicam que ditadura mascarou dados ao retirar indígenas em Itaipu" e escrita por Thais Lazzeri.

Imagem 4: Funcionários de Itaipu em frente a várias casas guarani em chamas



Fonte: Acervo Comissão da Verdade do Paraná

Esta situação é citada no relatório do ministério público, onde mais detalhes são adicionados para explicitar o acontecido demonstrado acima.

Lavouras foram destruídas, casas queimadas e famílias inteiras expulsas da área. Dentre estas famílias expulsas destacamos a de Cecílio Vilhalva Gomes e seus dependentes que passaram a residir no PI Rio das Cobras. Quando levantamento realizado pelo INCRA para o loteamento da área, Geronimo Vaz e seus familiares, como não sabiam falar bem o português, foram excluídos e as terras que lhes pertenciam passaram a ter outros donos.(HORST apud ALCÂNTARA et al., 2019, p. 86).

No período em questão (1978-1982), outras violências cometidas para a construção da hidrelétrica também foram invisibilizadas pelos discursos oficiais da Itaipu Binacional e do Estado brasileiro. Como, por exemplo, o caso do assassinato do diplomata José Jobim em março de 1979.<sup>10</sup> A execução do diplomata teve sua

<sup>10</sup> Jobim estava escrevendo um livro de memórias com detalhes sobre o superfaturamento na construção da usina, que custou dez vezes mais que o previsto. O Estado brasileiro reconheceu o assassinato de Jobim, em 2018, depois de anos de luta empreendida por sua filha Lygia Jobim (OSOWSKI; PAMPLONA, 2021, p.15)

investigação em aberto por 39 anos, concluída apenas em 2018 com emissão da certidão de óbito responsabilizando o Estado brasileiro pela morte.

Esse foi o primeiro caso onde tardiamente cumpriu-se a tão necessária justiça de transição. Além disso, podemos apontar o comprometimento profundo da mídia com o discurso oficial da Itaipu Binacional e da ditadura civil-militar durante o período:

escândalos de Itaipu...já tinham começado a emergir, naquela época, com o livro de um empresário alemão radicado no Brasil, Kurt Rudolf Mirow, *A Ditadura dos Carteis*, editado por Enio Silveira, na sua *Civilização Brasileira*, e então marido de Lygia. Silveira, sua viúva lembra, foi perseguido, esteve preso várias vezes, seu crédito como empresário foi cortado e a *Civilização Brasileira* foi vítima de mais de um atentado. O livro de Mirow está disponível, hoje, em vários sebos virtuais. Quando lançado, foi recebido com o silêncio absoluto da mídia e logo depois o autor se viu obrigado a fugir para a Alemanha para não ser preso (PRERRÔ, 2021).

Tais casos demonstram o porquê os discursos oficiais operam dessa maneira, auxiliados pelos demais dispositivos de controle e opressão contra os indígenas das retomadas. A importância da construção da Itaipu e sua imagem estão intimamente ligadas à imagem inverídica de progresso e pacificação durante a ditadura. Desse modo, a imagem da Itaipu deveria permanecer intocável e esconder escândalos de corrupção e superfaturamento, bem como as graves violações aos direitos humanos realizadas para sua construção.

O estudo de Bianchin e Marcelino sobre as memórias sociais em torno da construção da Itaipu, afirma que:

no processo de formação do Reservatório identifica-se duas forças opostas que polarizaram conflitos: de um lado a visão do desenvolvimento e do progresso expressa pelo Estado Nacional, que declarou que as pessoas atingidas pela formação do Reservatório estariam se sacrificando pelo país, sendo, portanto, patriotas (GERMANI, 2003). Do outro lado, e a partir do “sacrifício” molda-se a outra força, isto é, a resistência da população, a qual, sem possibilidade de escolha, deveriam deixar suas propriedades (BIANCHIN & MARCELINO, 2019, p. 2).

Segundo os autores, diante de um governo de regime militar e do contexto de conflitos, foram eleitos suportes de memória que pudessem proteger o Estado e reforçar a visão da construção como apoio ao desenvolvimento econômico do país (2019, p. 8). A ideia de progresso e desenvolvimento defendida pelo Estado Nacional remete à modernidade, que o historiador francês Jacques Le Goff aponta

como uma consciência de ruptura com o passado, assim como a ideia do ‘novo’ está ligada ao rompimento com o velho, e pode levar ao apagamento do passado (1990, p. 153).

A criação da memória em torno da inexistência da presença indígena, é somente o princípio de todo processo e até hoje está presente na apresentação das práticas da empresa. A Itaipu construiu um complexo turístico em sua usina hidrelétrica, e em suas atrações há um discurso enfático sobre a importância da Usina, defendendo os processos de repesamento, na perspectiva de que as dificuldades enfrentadas no âmbito socioambiental foram necessárias para modernização do país. No relatório publicado pelo Ministério Público Federal, há a descrição de alguns dos discursos propagados pela memória oficial da Itaipu, presentes nas atrações turísticas:

A mesma narrativa é apresentada em alguns livros – que podem ser adquiridos na loja ao final do passeio – e remete a acordos que as diplomacias brasileira e paraguaia desenharam para fixar as fronteiras dos dois países e que exaltam a solução adotada; o elemento indígena, tão presente na região, torna-se invisível nessa narrativa (ALCÂNTARA et al., 2019, p.154).

### **2.1.1 O solitário Ecomuseu de Itaipu**

Um dos lugares onde se materializa a memória oficial da Itaipu Binacional é o Ecomuseu, localizado na cidade de Foz do Iguaçu, sendo o único museu histórico da cidade. Trata-se de um espaço criado como medida mitigadora do impacto da criação da usina, dentro do Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente de Itaipu, firmado em 1975, um ano após o início das obras da hidrelétrica. Segundo site oficial da Itaipu, Ecomuseu é o espaço onde é possível conhecer o patrimônio cultural, a memória e a história da região onde a usina foi implantada.

No atrativo ‘Mural dos trabalhadores’ presente no Ecomuseu, um vídeo reúne relatos de alguns funcionários que trabalharam nas obras de construção da hidrelétrica, muitos deles vindos de outros lugares e regiões do Brasil. Em uma das narrativas é colocado como um trabalhador migrante do Nordeste está feliz por conseguir serviço na usina, e escreve isso a uma carta para sua mãe que reside na Bahia. Em outro relato, um homem aponta sua amizade com paraguaios em detrimento da convivência cotidiana, e como atravessar a fronteira era corriqueiro,

chegando a ficar mais tempo no Paraguai do que em território brasileiro, pois, segundo ele, se dava muito bem com os trabalhadores do país vizinho.

O porta-voz da Coordenadoria de Ex-funcionários de Itaipu, Carlos González, segundo matéria publicada pela revista Exame em 4 de novembro de 2013, disse à Agência Efe que “os governos militares do Paraguai e do Brasil da época da obra reconheceram em um protocolo os mesmos direitos aos trabalhadores paraguaios e brasileiros, mas que isso não foi cumprido” (EXAME, 2013). A matéria em questão, cujo título ‘Ex-empregados de Itaipu mantém protesto de décadas’, afirma que 8 mil ex-funcionários reivindicam o pagamento de benefícios. A memória destes funcionários também não foi contemplada pelo discurso oficial da Itaipu, materializado no Ecomuseu.

Bianchin e Marcelino visitaram o Ecomuseu, como etapa metodológica do estudo realizado por eles ‘memórias submersas’, e segundo os autores

O filme exibido no início dos passeios não apresenta os registros dos conflitos, das lutas e das comunidades que ficaram submersas. O filme trata o fato do enchimento do lago, em um tempo menor que o calculado, como uma benção de Deus, devido às fortes chuvas no período. O discurso nas visitas turísticas é replicado para milhões de brasileiros todos os anos. Trata-se de uma versão hegemônica, contada por uma só voz (BIANCHIN & MARCELINO, 2019, p. 08).

Após visita realizada ao ecomuseu em dezembro de 2019, identificamos como o povo Guarani é retratado. A primeira menção é na área denominada “linha do tempo 1”, algo que remonta uma ideia completamente linear de progresso, onde no passado está o completo atraso e no presente o desenvolvimento e o progresso que a região alcançou, graças à Itaipu. A primeira menção aos povos indígenas da região está retratada na foto 1<sup>11</sup> e refere-se à tradição Itararé, povo indígena ceramista que teria vivido na região nos meados do ano de 1000 EC. Neste ponto, já é possível notar a ausência dos povos Guarani. Uma ausência interessante. Como descrevemos no início deste trabalho, o povo Guarani segundo estudos arqueológicos, ocupa a região há pelo menos 2000 EC. Isto não é sequer citado na linha do tempo.

---

<sup>11</sup> Todas as fotos foram tiradas por mim, durante a visita, e estão retratadas parte no texto e parte no anexo 2 deste trabalho. Com exceção da foto 12, retirada do tour virtual do ecomuseu, disponível em: <[http://ronyfotografias.com.br/worldvirtualltour/ecomuseu\\_itaipu\\_binacional/](http://ronyfotografias.com.br/worldvirtualltour/ecomuseu_itaipu_binacional/)>. Acesso em 1 dez. 2022.

Imagem 5: Representação de indígena ceramista da tradição Itararé tomada pelas sombras.



Fonte: Fotografia própria, tirada em 2019 em visita ao Ecomuseu.

Imagem 6: Foto da representação da mulher indígena da tradição Itararé.



Fonte: Fotografia própria, tirada em 2019 em visita ao Ecomuseu.

A representação que encontramos logo acima de dita menção constitui uma figura indígena sob um abrigo com telhado de palha e estrutura de madeira, manufaturando um objeto de cerâmica. Esta representação destaca-se pelo tom sombrio da cena, uma vez que os compridos cabelos daquela solitária indígena retratada cobrem todo seu rosto, somando-se ao fato deste cenário estar muito mais envolto por sombras do que por luz (Imagem 6).

A primeira menção aos Guarani vem logo após, contextualizada no século XVII, retrata a evangelização de crianças Guarani dentro de uma missão jesuítica, cena também em um ambiente escuro e com tom obscurantista (Imagem 7).

Imagem 7: Foto da representação da escola Jesuítica da Província del Guaíra. Séc. XVII



Fonte: Fotografia própria, tirada em 2019 em visita ao Ecomuseu.

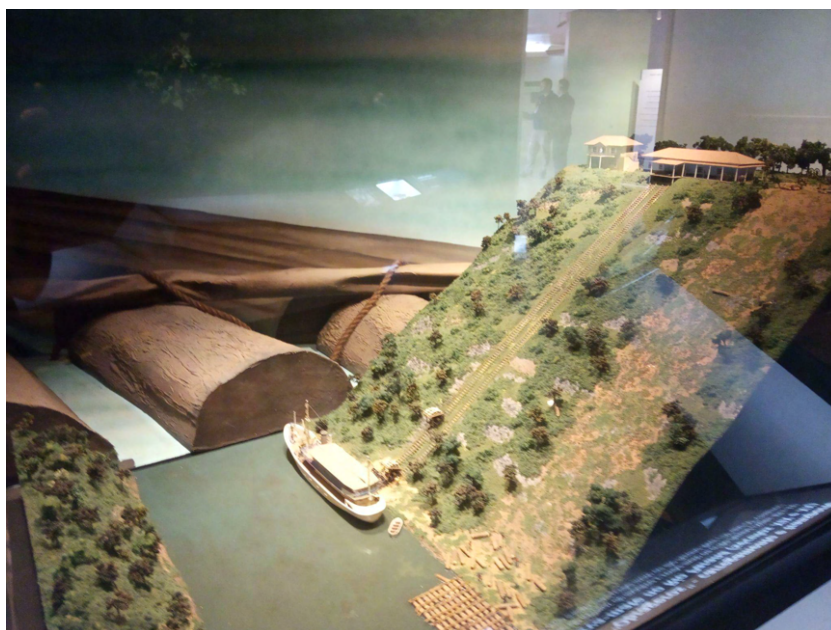
Derivamos da cena que, para a narrativa construída pela empresa binacional, os Guaranis só passaram a existir, ou mesmo a serem representados, a partir do momento em que foram colonizados.





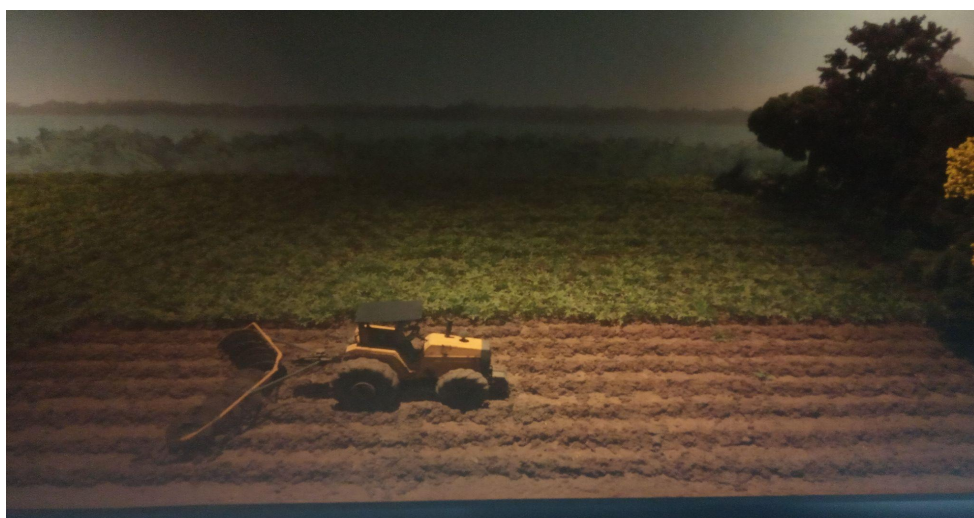
região, as florestas teriam sido derrubadas (Imagens 9 e 10), os indígenas catequizados e, como o ápice civilizatório, a Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo, teria consolidado o desenvolvimento da região.

Imagem 9: Maquete retratando a Jangada- transporte de toras de madeira do sistema Obrages. Séc. XIX e XX



Fonte: Fotografia própria, tirada em 2019 em visita ao Ecomuseu.

Imagem 10: Trator moderno trabalhando o solo para plantio em um aparente latifúndio.



Fonte: Fotografia própria, tirada em 2019 em visita ao Ecomuseu.

Essa organização e dinâmica espacial do ecomuseu nos remete ao conceito de “memória manipulada”, de Paul Ricoeur, onde “abusos que resultam de manipulação e do esquecimento advindos daqueles que manipulam, de uma memória instrumentalizada” (RICOEUR, 2007). Parece-nos que a narrativa apresentada por aquele museu é um forte exemplo de memória manipulada, dentre tantas outras narrativas e práticas efetuadas pela Itaipu Binacional nesse sentido.

## **2.2 A memória da terra disputa a memória oficial**

Aplicada a presente análise, a crítica de Le Goff sobre a linha de construção para o conceito de progresso, permite analisar como, ao subtrair das narrativas oficiais a memória das populações que ocupavam as áreas afetadas pela inundação da represa, reafirma-se a ideia de que o tempo passado deve abrir espaço para o novo, descartando um em detrimento do outro, o que pode ser considerado uma descaracterização da história e fundamentação para discursos que distorcem a realidade.

A ideia de sacrifício pela pátria se conecta à questão da identidade nacional, apontada por Itaipu como uma forma de prática da cidadania, como se os moradores das regiões alagadas, por uma questão de patriotismo, deveriam renunciar a seus locais de moradia em prol do progresso e da modernidade. Pertencer a uma nação e fazer parte de seu desenvolvimento deveria ser razão para contentamento, entretanto, trata-se de um processo de desapropriação, e estima-se que cerca de 40.000 mil pessoas foram atingidas pela formação do Reservatório, 45 templos religiosos e 95 escolas (BIANCHIN apud GERMANI, 2019, p.4).

É visto, portanto, que a identidade está manifesta tanto no campo da territorialidade, quanto no campo da memória, e ambos se constituem como campo de disputas. Le Goff defende que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 476). Portanto, propagar a imagem dos antigos moradores da região represada como heróis patriotas, que se sacrificaram por amor, faz parte da memória oficial divulgada pela Itaipu, e ignora as memórias coletivas e individuais das populações que ali residiam.

A obra 'A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu', de Juvêncio Mazzarollo (2003), aponta que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exercia função semelhante a uma tábua salvadora, ou muro de lamentações dos agricultores desapropriados pela Itaipu, dando voz a agricultores como Marcelo Barth:

Estamos aqui há mais ou menos 15 anos, desbravando, plantando e colhendo, contribuindo para a grande desta terra. Agora vêm nos dizer que vamos ser sacrificados. Como se não bastassem nossas mãos calejadas, as costas encurvadas, as frentes enrugadas. Como se não bastasse surpreender tantas vezes nossa esposa chorando por falta de comida, de remédios, de tudo. Como se não bastasse ter vivo na memória o choro de mães que perderam filhos por falta de dinheiro para irem ao médico (MAZZAROLLO, 2003, p. 42).

A obra de Mazzarollo traz diversas abordagens e panoramas sobre os efeitos da instalação da Itaipu, como a questão da desapropriação e os impactos na esfera econômica na vida pessoal das populações. De acordo com o Departamento Jurídico, as indenizações deveriam ser pagas entre 1978 e 1980, porque em 1982 a área de represamento deveria estar vazia, entretanto, em 1980 faltava indenizar cerca de metade das propriedades (2003, p. 49).

Para a população Avá-Guarani, o sufocamento jurídico em relação à posse legal de terras é ainda mais estreito, em detrimento da ausência de termos de posse, ou escrituras, que só passaram a ser contemplados após a redemocratização.

Em visita realizada em dezembro de 2019 ao *tekoha Mokoy Joegua*, conversamos com o senhor Inocência Tupã Acosta. Na entrevista identificamos diversos elementos fundamentais para a elaboração deste trabalho. Um dos fatos mais marcantes de sua vida parece ter sido a morte de sua mãe. Em seu relato ele descreve ser algo que o entristece até hoje, não somente pelo fato da saudade, mas porque a sepultura de sua mãe, hoje, encontra-se submersa pelo lago de Itaipu. Quando questionado sobre a existência de uma fazenda perto da antiga Mokoy Joegua, homônima ele nos responde com o seguinte relato

Eu acho que sim porque, naquele tempo tinha o índio também ali, bastante índio ali pra baixo de Santa Helena. Ali que tem o cemitério da minha mãe. Era ali. Eu queria visitar o cemitério da minha mãe, mas agora é difícil né. Eu não consigo mais visitar porque até onde eu consegui confirmar, o cemitério está debaixo do lago, não tem como porque está encoberto. Por conta disso que eu disse que minha mãe ficou debaixo d'água. (ACOSTA, 2019).

Este depoimento forte é carregado de elementos primordiais para a nossa análise. Com o alagamento da região, como já citado acima, o território Guarani foi em sua maioria submerso, e com ele seus antepassados, e literalmente sua memória. Apesar disso, essa memória emerge, mantendo-se viva pelo povo Guarani e está diretamente relacionada a sua luta por terra e sobrevivência, ou seja, ao seu movimento de retomada. Para o senhor Inocêncio um dos principais motivos para que ele se unisse ao movimento da retomada *Mokoy Joegua*, foi o fato de esta estar provavelmente muito próxima ao cemitério de sua mãe.

A gente veio pra cá porque a gente lembra do tempo que vivíamos aqui em Santa Helena, é difícil a gente esquecer porque vivemos muito tempo aqui, junto com minha mãe, meu pai, meu irmão, tudo. Só que um dia que eu cheguei aqui desanimado, e sai daqui por um tempo, porque eu perdi minha mãe aqui no Dois Irmãos. Com certeza mais alguém se lembra que eu perdi minha mãe aqui nesse município, é por isso que eu sai pro outro lugar por um tempo. Mas depois não tem jeito a gente lembra, e como nosso grupo está aqui lutando por nossos direitos, para tentar conseguir algum pedaço de terra, então nós apoiamos o pessoal que tava lutando e a gente veio participar dessa luta junto.

Em outra aldeia que vivi, eu estava na casa de reza muito triste e um rezador me disse:

“É melhor você ficar mais perto da sua mãe ou colocar uma vela no cemitério para ela, isso vai te confortar, você vai andar melhor com sua família. Você tem a sua família! Uma família grande, e não pode ficar desanimado assim”.

Por isso que eu voltei pra cá. No fim, o cemitério está em baixo do lago mas eu sempre vou lembrar do que o rezador falou para mim, e acreditando e fazendo as coisas devagarzinho. Agora eu estou melhor, com saudades, mas mais tranquilo, quase não lembrava mais. Mas tem dia que a gente lembra, não tem jeito. Eu fiquei muito chateado com toda essa situação, por não consigo prestar uma homenagem no tumulto da minha mãe.(ACOSTA, 2019)

Assim como a espiritualidade. Para Inocêncio o espírito de sua mãe e dos Guarani que faleceram, estão presentes, de forma subjetiva e material, colaborando de alguma forma para que a luta se mantenha viva. Ele fala sobre a importância deles para a luta que estão travando.

É importante por que tem algumas pessoas até mais novas do que eu, que também falam, pensam, não sei se eles pensam ou Deus está animando eles para me confortar, para não me sentir mal, porque todo dia em algum momento eu penso na minha mãe. Eles me dizem: “É melhor você pedir por sua mãe, ela não está mais aqui em corpo, mas está em alma”, e eu acredito nisso. Tem um rapaz que morreu em um acidente aqui, ele também perdeu a vida, devido à nossa luta, nós todos os dias oramos por ele, mesmo não estando mais vivo, o seu espírito está na luta conosco. E estamos sempre na luta! Pedindo ajuda lá de cima. O Espírito Santo está entre a gente, é isso que a gente acredita, por isso que a nossa cultura sempre melhora devagar.(ACOSTA, 2019)

### 2.3 A luta pela retomada indissociável da luta pela memória

Memória, território e mobilização social, comumente referido pelos Guarani como luta, são elementos extremamente interligados. O Teko porã e Nhandereko são uma busca constante, e estão diretamente relacionadas ao reconhecimento destas terras reivindicadas pelos Guarani. A luta dos Guarani por terra está diretamente ligada à desconstrução da memória imposta por Itaipu, uma vez que a devida reparação está condicionada ao reconhecimento da injustiça cometida com a negação da existência deste povo na região antes da criação do lago artificial.

O termo *Mokoy Joegua* refere-se ao nome do território tradicional, que fora retomado em janeiro de 2017, que em tradução para o português significa 'Dois Irmãos', nome pelo qual a região é conhecida pelos não-indígenas. Para o senhor Inocência, essa tradução é incorreta, sugerindo que *Mokoy Joegua* signifique, na realidade, duas coisas iguais, no caso duas Tekoha. A *Mokoy Joegua* e a tekoha Curva Guarani, ocupação atual praticamente vizinha.

Você sabe o que significa Mokoy Joegua? Significa, uma aldeia semelhante a outra que está por perto, ou seja, Mokoy Joegua quer dizer duas aldeias iguais. O branco diz que é dois irmãos que significa, mas na nossa língua uma boa tradução seria "dois iguais".(ACOSTA, 2019)

A retomada desse território representa um movimento de resistência frente à imposição institucional que retirou diversos Avá-Guarani das terras que hoje contemplam a Hidrelétrica da Itaipu Binacional. O fenômeno estudado pode ser compreendido, sobretudo, pela experiência de contato direto ou indireto vivenciada pelos Guarani na colonização do oeste paranaense, desde a abertura de estradas para a colônia militar, às obras de infraestrutura, as empresas colonizadoras, até a Itaipu, ou seja, o progresso dos Estados nacionais foi, para eles, o maior retrocesso de sua história (período conhecido em guarani como sarambi, que poderia ser traduzido como esparramo).

Além disso, a Itaipu exerce uma força institucional sobre o território, e com isso tem acesso facilitado aos aparatos legais que legitimam ações violentas contra o povo Avá-Guarani, a exemplo da detenção de cinco indígenas moradores do *tekoha Mokoy Joegua*, realizada pela Polícia Ambiental do Paraná no dia 14 de março de 2018, nas imediações do Parque Nacional do Iguaçu, porque foram

cortados três pedaços de bambu que, segundo indígenas abordados, serviriam para construção de objetos para casa de reza de sua aldeia conforme entrevista concedida pelo Tamõi Cláudio Vogado, a Alexandre Sousa

Naquela época que foi acontecendo isso, você sabe que nós temos uma casa de reza ali, e faltavam instrumentos das mulheres, então, onde iríamos procurar? Porque aqui na ilha não tem. Por isso eu falei pro meu povo que eu prefiro procurar aquele bambu, para a mulher usar na casa de reza. De repente, nós pensamos em levar o barco para outro lago, para nós atravessarmos até a ilha. Fomos lá, atravessamos e procuramos o bambu para utilizarmos na casa de reza. A polícia encontrou nós já voltando. Nós cortamos um pézinho de bambu dividido em três pedacinhos só, então subimos no barco e estávamos quase atravessando para cá de novo, aí nós vimos um barco que estava em nossa direção, era a polícia ambiental. Nós estávamos no barco já, aí eles falaram: "Quem falou pra vocês entrarem aí, vocês não sabem que é proibido?" Ele chegou bravo, mesmo, aí falou: "Se vocês entrarem de novo vocês vão morrer", então já que eles estavam abordando, ficamos quietos, nos entregamos para eles, eles estavam em dois e nós em cinco, então nós ficamos bem quietos, falamos para eles nos deixarem em paz, que só estávamos levando bambu para usar na casa de reza, mas eles nem quiseram saber, e arrastaram o barco até o escritório da polícia ambiental(...) Então o sargento primeiro me agrediu, primeiro ele deu um chute na minha mão, eu tinha um cachimbo, de repente, parece que ele estava nervoso, não sei o que aconteceu ali, ele me chutando, o cachimbo veio na minha direção, por pouco não pegou nos meus olhos ou alguma coisa. No meu irmão eles bateram mais, aí já foi no camburão, indo pra Foz. Ali deu um soco no rosto no meu irmão Lourenço e um soco no estômago, isso aí aconteceu, o meu irmão contou depois. Na verdade, eu não acho que foi pelo pé de bambu foi isso que aconteceu, acho que isso foi para enfraquecer a retomada e a liderança da aldeia, porque pelo que eu entendo o bambu não seria motivo para tudo isso.(VOGADO, 2019)

A abordagem e detenção realizada pela Polícia Ambiental do Paraná, foi justificada pela alegação de crime ambiental, entretanto, a ação dos indígenas não acarretou danos ou impactos ambientais na área em questão. Segundo texto publicado pelo Instituto de Humanas da Universidade do Rio do Sinos (UNISINOS), em 03 de abril de 2018, "o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA) se manifestou, por intermédio de duas notas públicas, em repúdio às prisões de cinco indígenas Guarani do *tekoha Mokoy Joegua*, município de Santa Helena, no oeste do Paraná".

Os povos Guarani são vistos como invasores em suas próprias terras tradicionais, e por isso as ações judiciais contra eles são impostas de forma arbitrária e extremamente violenta, já que as mobilizações indígenas não possuem o mesmo acesso aos aparatos institucionais para defender-se contra os ataques a seu modo de vida.

Diversos dos lugares de memória dos Avá-Guarani foram submersos pelas águas, e se tais lugares são fundamentais na propagação da memória coletiva, torna-se mais simples ocultar a presença Guarani das narrativas oficiais, dos territórios imediatos ao represamento e da memória coletiva, pois não há aparatos físicos e simbólicos da crença e modo de vida tradicional, que possam despertar lembranças através do sentido, ou seja, os lugares de memória submersos afogam lembranças.

Boa parte da sociedade brasileira permanece alheia aos impactos negativos trazidos pela construção da Usina de Itaipu, principalmente no que diz respeito ao povo Guarani. Elucidar seus movimentos no presente e os ecos da construção da usina que vem desde o passado, e efetuar uma análise crítica da versão contada pela Itaipu, são caminhos para elucidar tal situação e visibilizar aqueles que são forçados, por uma narrativa oficial, a não existir e, mesmo assim, resistem. Direcionar a escuta para as memórias Avá-Guarani é elemento que se soma às suas ações por terra e reconhecimento.

Para contrapor as diversas narrativas que compõem o discurso oficial da Itaipu buscamos acessar as memórias subterrâneas, que, como apontou Pollack, estão aqui, submersas, “essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas” (POLLAK, 1989).

Em seu livro ‘Memórias Coletivas’ Maurice Halbwachs afirma que o esquecimento pode ser gerado pelo desapego coletivo (1968, p. 27-28), isto é, o desinteresse nacional em fazer cumprir o direito aos territórios tradicionais, ou mesmo compreender os outros lados da história na construção do reservatório de Itaipu, leva ao apagamento progressivo das narrativas indígenas.

A importância da memória dos povos indígenas originários da região oeste do Paraná está na possibilidade de compreender os processos de ocupação daquelas terras antes mesmo da instalação da Itaipu, antes das indústrias ervateiras, antes da colonização. Além disso, a memória Avá-Guarani amplia o conhecimento sobre as dinâmicas que envolveram a construção da Itaipu Binacional que, embora tenha se apropriado de milhares de hectares de terra para construção de seu lago artificial, não estava presente no território anteriormente, portanto, não pode ignorar aqueles que ali estavam, cujas vidas foram brutalmente afetadas pelo empreendimento.

Vale ressaltar que exercer a memória de forma a contemplar os discursos não oficiais, é uma maneira de resgatar a história de maneira legítima e evitar o esquecimento ou ausência de narrativas dos próprios excluídos e marginalizados pelos discursos hegemônicos. É necessário compreender o sentido do processo de retomada do *tekoha Mokoy Joegua* pelos próprios Avá-Guarani, confrontando a incongruência da memória narrada por Itaipu, que está baseada no não reconhecimento dos povos tradicionais e no apagamento. Uma narrativa de memória que enaltece a modernidade e o desenvolvimento trazida pela usina, e invisibiliza os Guaranis, taxados como um resquício de atraso na região.



## Considerações finais

Os Avá-Guarani demonstram uma forte adaptabilidade até mesmo ao próprio processo da transculturação, uma vez que reafirmam essa tendência à primazia do diálogo e da negociação como meio privilegiado de reivindicação. Isso por ser uma característica que vem favorecendo a manutenção do que é essencial em sua cultura.

Apesar dos esforços por parte dos juruás(referência ao não-indígena) de transformá-los em pobres camponeses, pressionando-os a comprar e vestir roupas industrializadas, mesmo com a invasão contínua de missionários cristãos que tentam demonizar suas formas de culto, porém não conseguem suprimir o uso do maracá, nem as rodas de dança que viram as noites, muito menos a sacralidade das casas de reza. Os não-indígenas vêm forçando-os a apartarem-se da medicina tradicional e da caça em suas terras, ou seja, tentam apartá-los de qualquer nível mínimo de emancipação e autonomia. Ainda assim, eles próprios sabem da força da memória, da religiosidade e do modo de vida guaranis.

Conforme discorremos no capítulo 2, talvez a versão mais bem acabada de práticas neocolonizadoras dos povos Guarani possam expressar-se no caso estudado neste trabalho, uma vez que envolve diversas formas de violências visando, primeiramente, invisibilizar a existência milenar dos Avá-Guarani na região. Esta invisibilização envolve a disputa pela memória oficial, a qual é atualmente tomada por narrativas históricas eurocêntricas: exaltando os colonos da região, enaltecendo a narrativa do vazio demográfico, representando os Guarani como povo atrasado e selvagem. Os esforços de invisibilização também se manifestam por meio de perseguições jurídicas. Quando as citadas táticas não surtem o efeito esperado, parte-se para o silenciamento forçado, com ameaças de morte e práticas de espancamento e, até mesmo, de tortura, como no exemplo citado onde o Tamõi Claudio foi preso e sofreu violência física por parte da polícia ambiental. A continuidade da invisibilização e do silenciamento sistemáticos das populações indígenas deixam à mostra a urgente necessidade que temos como sociedade de finalmente realizar uma justiça de transição da ditadura civil-militar, quebrando a atual naturalização dessas violências.

Sendo assim, a memória construída pela Itaipu Binacional é um elemento diretamente combatido pelo movimento de retomada, uma vez que nega totalmente

a necessidade de uma reparação aos Guarani pela terra espoliada pela empresa e não contempla a dívida histórica que o Estado brasileiro possui para com as populações indígenas. A reocupação territorial de suas terras tradicionais, através do caso estudado neste trabalho, expressa uma tática executada pelo movimento indígena com vistas a alcançar a realização da luta política pela demarcação de todas as terras indígenas. Por outro lado, configura-se como um ato de luta pela sobrevivência física e cultural, ambas indissociáveis, assim mantendo viva a vontade de *Nhanderu*, de manter e até mesmo recuperar o modo de vida Guarani, e talvez mantendo *Nhanderu* vivo. Afinal, para que esta cultura e até mesmo seus corpos continuem vivos, existe um denominador comum irreduzível e insubstituível: a terra, a ligação profunda que precisam manter com ela, a intrínseca necessidade de conviver na *tekoha*, enfim, sua territorialidade, a soberania para exercer em seus territórios. Tais reflexões constatadas no capítulo 1, apontam para a terra como o elemento básico essencial para a garantia das condições nos moldes do que seria o *Nhandereko* e o *Teko Porã* guaranis.

Alguns possíveis desdobramentos para este estudo remontam à análise sistemática e profunda da religiosidade, a qual apareceu insistentemente na fala dos entrevistados e aparece como forte fonte de resistência para a luta pela terra tradicional. Temos até mesmo na fala de um entrevistado, Miguel de Oliveira um comentário que poderia nos parecer inusitado, quando diz que sua entidade maior de culto, *Nhanderu*, quer e precisa da terra. Esta agência de *Nhanderu*, que requer esta terra, mereceria, bem como todos os aspectos de sua religiosidade, estudo e pesquisas específicas, já que poderiam revelar mais elementos das singularidades culturais dos Avá-Guarani, bem como da singularidade de sua historicidade. Afinal, qual é o peso dessa figura aparentemente atemporal no modo de vida e na territorialidade?

O conceito de transculturação, apresentado na introdução, demonstrou-se frutífero para analisar as falas e os comportamentos dos Avá-Guarani. Buscamos manter as significações culturais em seus próprios termos e tomamos o cuidado de não rebaixá-las, comparando-as com os pressupostos e valores dos não-indígenas. Ficando então a recomendação de seu uso para eventuais estudos que se interessem pelo estudo da resistência cultural, ou mesmo das retomadas territoriais dos povos indígenas.

## Referências Bibliográficas

ACOSTA, Inocência Tupã. **Entrevista (dez. 2019)**. Entrevistador: Alexandre Araújo de Sousa. Santa Helena - PR, 2019. 1 arquivo mp3 (33 min.) Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de História: Territorialidade Avá-Guarani No Tekoha Mokoy Joegua. A entrevista encontra-se transcrita no Anexo 1.

BENITES, Onório. **Entrevista (dez. 2019)**. Entrevistador: Alexandre Araújo de Sousa. Diamante D'Oeste - PR, 2019. 2 arquivos mp3 (42 min.) Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de História: Territorialidade Avá-Guarani No Tekoha Mokoy Joegua. A entrevista encontra-se transcrita no Anexo 1.

VERA, Miguel de Oliveira. **Entrevista (nov. 2019)**. Entrevistador: Alexandre Araújo de Sousa. Tekoha Itamarã, Diamante do Oeste - PR, 2019. 1 arquivo mp3 (18 min.) Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de História: Territorialidade Avá-Guarani No Tekoha Mokoy Joegua. A entrevista encontra-se transcrita no Anexo 1.

VOGADO, Claudio. **Entrevista (dez. 2019)**. Entrevistador: Alexandre Araújo de Sousa. Tekoha Mokoy Joegua, Santa Helena - PR, 2019. 1 arquivos mp3 (40 min.) Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de História: Territorialidade Avá-Guarani No Tekoha Mokoy Joegua. A entrevista encontra-se transcrita no Anexo

ALMEIDA, M.R. Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, C.F. VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.151-168.

ALTBERG, A; BRANT, M. L.C; TAVARES, P. **Atlas do Desterro Oco'y-Jakutinga mapas & documentos da expropriação territorial e remoção forçada dos Avá-Guarani de Oco'y-Jakutinga, oeste do Paraná (1940-1980)**. Brasília: UNB e Autônoma, v. 1, 2020.

ARECO, S. **Cultura guarani: a palavra original é caracterizada pela palavra que conta os mitos**. Revista Antropologia Amazônica. [s.l.]. v. 8, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5054>>. Acesso em 3 jan. 2022.

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner et al (Org.) **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Ava-Guarani.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Ava-Guarani.pdf)>. Acesso em 1 out. 2019.

BRANT DE CARVALHO, Maria Lúcia. **Laudo antropológico**. 2ª parte, v. II, 2005. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68931?show=full>> Acesso em 1 . dez. 2019.

BIACHIN, A.; MARCELINO, B. C. A. **MEMÓRIAS SUBMERSAS: análise sobre as memórias coletivas na formação do reservatório de Itaipu**. RELACult – Revista

Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 05. Ed. Especial, mai. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1620/1067>>. Acesso em 1 . dez. 2020.

BINACIONAL, Itaipu. **Visita virtual ao Ecomuseu**. Endereço eletrônico. [s.l.]. [s.d]. Disponível em: <[https://lindeiros.org.br/360/ecomuseu\\_itaipu\\_binacional/](https://lindeiros.org.br/360/ecomuseu_itaipu_binacional/)>. Acesso em 26 nov. 2022.

BRAND, A. COLMAN, R. S. **Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguay e Argentina: uma viagem de intercâmbio Guarani**. Periódicos UNB. [s.l.]. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/download/15364/13662/36917>>. Acesso em 1 . dez. 2022.

BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L.; AZAMBUZA, A. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos**. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372\\_63f4ffcb26acf916c3df54ea20271f1.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_63f4ffcb26acf916c3df54ea20271f1.pdf)>. Acesso em 1 . dez. 2019.

BRASIL. **Capítulo VIII – Dos Índios, Art. 231**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 1 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [s.l.]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm)>. Acesso em 1 dez. 2020.

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. **A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil**. Quaternary International, v. 356, p. 54-73, 2015.

CARIGNANO, Júlio. **Indígenas Avá-Guarani retomam parte de antiga terra tradicional, no Paraná**. Brasil de Fato. Curitiba, 17 de fev. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana>>. Acesso em 1 . mai. 2022.

CARNERI, S. **Ex-empregados de Itaipu mantêm protesto de décadas**. Exame, 4 de out. 2013. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/ex-empregados-de-itaipu-mantem-protesto-de-decadas/>>. Acesso em 1 . abr. 2022.

CARVALHO, M. L. B. **Terras, Mobilidade Socioespacial nas Fronteiras e Cidadania: Três direitos historicamente negados aos Avá-Guarani do Oeste do Paraná na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina)**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 14, p. 168-209. [s.l.]. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/34314/30152>>. Acesso em 1 . mar. 2022.

CARVALHO NETO, P. J. de, Silva, M. de P., & Fernandes, L. O. (2020). **Fazer aquilo que ninguém mais faz: entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy**. *Epígrafe*, 8(8), 245-282. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v8i8p245-282>>. Acesso em 1 . dez. 2021.

CIMI. **Contra o marco temporal: povos indígenas desembarcaram na capital federal para reivindicar seus direitos**. Conselho Indigenista Missionário. [s.l.]. 8 de out. 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2022/08/contra-o-marco-temporal-povos-indigenas-desembarcara-m-na-capital-federal-para-reivindicar-seus-direitos/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20marco.data%20da%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.>>>. Acesso em 1. nov. 2022.

COLMAN, R. S.; AZEVEDO, M. M. do A.; ESTANISLAU, B. R. Os Guarani e o seu modo de ser caminhante. **Ideias**. Periódicos UNICAMP. Ideias, Música Popular e Interdisciplinaridade, v. 8, p. 197–218, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650128>>. Acesso em 1. dez. 2020.

CONSERVAÇÃO, Unidades no Brasil. **Indígenas Guarani são presos por cortarem um bambu de antiga aldeia no Paraná**. Unidade de Conservação Iguaçu. 15 de mar. 2018. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/noticia/188026>>. Acesso em 1. dez. 2019.

CUNHA, Leopoldo Faiad da. Itaipu: uma entidade sui generis. *Univ. Rel. Int.*, Brasília, v. 9, n.1, p. 227-246, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/1378/1338>>. Acesso em 1. dez. 2020.

ECOMUSEU. **Itaipu Binacional**. Endereço eletrônico. [s.l.]. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu>>. Acesso em 1 ago. 2022.

EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental. **Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai**. / Equipe Mapa Guarani Continental - EMGC. Campo Grande, MS. Cimi, 2016. <<http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/downloads/caderno-guarani-portugues-baixa.pdf>>. Acesso em 1. dez. 2019.

FERREIRA, M. de M. **Novos domínios da história**. Editora Elsevier. Cap. 9 – História oral: velhas questões, novos desafios. p. 169-186. São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380048/mod\\_resource/content/1/Novos%20Dom%C3%ADnios%20da%20Hist%C3%B3ria-%20Ronaldo%20Vainfas%20e%20Ciro%20Flamarion.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380048/mod_resource/content/1/Novos%20Dom%C3%ADnios%20da%20Hist%C3%B3ria-%20Ronaldo%20Vainfas%20e%20Ciro%20Flamarion.pdf)>. Acesso em 1. out. 2019.

FREITAS, E. B. (2004). Fala de índio História do Brasil: o desafio da Etno- História indígena. **História Oral**, 7, 181-197. Disponível em:

<<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/110/106>> Acesso em 1. dez. 2019.

GALET, I. J.; ASSIS, G. V. S. **Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e a mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas.** Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/447/320>>. Acesso em 1. dez. 2019.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu.** 2º ed. Editora da ULBRA, Canoas, 2003. Disponível em: <[https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/expropriados\\_terra\\_e\\_agua.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/expropriados_terra_e_agua.pdf)>. Acesso em 1. dez. 2019.

GONÇALVES, L. R. F.; ALMEIDA, M. G. **Identidade territorial e discursos ideológicos.** Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/40032/751375151491/>>. Acesso em 1 dez. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Editora vértice. São Paulo, 1989. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf)>. Acesso em 1. set. 2020.

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LAZZERI, T. **Mapas inéditos indicam que ditadura mascarou dados ao retirar indígenas em Itaipu.** Repórter Brasil, 29 de julho de 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/07/mapas-ineditos-indicam-que-ditadura-mascarou-dados-ao-retirar-indigenas-em-itaipu/>>. Acesso em 1. dez. 2020.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Editora da UNICAMP. Campinas, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 1. set. 2019.

MARÇAL, Marcia R.; VIEIRA, Maria C. M. **Reflexões sobre o conceito de transculturação: Da antropologia de Fernando Ortiz à inserção na literatura LatinoAmericana por Ángel Rama, identificada na obra de Ricardo Guilherme Dicke.** RevLet – Revista Virtual de Letras, online, v. 11, nº 01, jan-jul/2019. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/513.pdf#:~:text=RESUMO%3A%20Em%201940%20C%20o%20etn%C3%B3grafo.expans%C3%A3o%20colonial%20europeia%20em%20Cuba>>. Acesso em 1. fev. 2022.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** 2º ed. Edições Loyola. São Paulo, 2003. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=FVVKR5oQ6N4C&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=P1#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em 1. nov. 2019.

MEIHY, J. C.S. B. **Canto de morte kaiowá: história oral de vida**. Loyola, São Paulo, 1991.

MEIHY, J. C.S. B. **Manual de história oral**. Loyola, São Paulo, 1996. 5ª EDIÇÃO 2005.

MEIO Ambiente. **Itaipu Binacional**. Endereço eletrônico. [s.l.]. [s.d]. Disponível em: <[itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu](http://itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu)>. Acesso em 1. ago. 2019.

MELIÀ, B. S. J. **Egon Schaden: um nome da etnologia Guarani**. Revista USP, [s.d]. São Paulo. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25600/27342>>. Acesso em 1. set. 2019.

MELIÀ, Bartomeu, et al. **Guarani Retã**. Los pueblos guaraníes en las fronteras Argentina, Brasil y Paraguay. Asunción: UNaM, 2008. Disponível em: <[Guarani retã 2008: povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. | Acervo | ISA \(socioambiental.org\)](#)> Acesso em 1. dez. 2020.

MOREIRA, J. da S. **Uso ritual das tacuaras pelos Guarani e sua violação no Oeste do Paraná**. Revista UNILA. v.1 n. 2. 25 de ago. 2018. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1325/1166>>. Acesso em 1. set. 2019.

MOTTA, M. M. M. **História, memória e tempo presente**. In. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.). Novos Domínios da História. 1ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier. 2012. 1, 21-54.

MURA, F.; ALMEIDA, R.F.T. **Guarani Ñandeva**. Pib.socioambiental.org, 2003. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_%C3%91andeva](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_%C3%91andeva)>. Acesso em 1 de dez. 2020.

Narrando Utopias. **Kerexu Yxapyry fala sobre o nhanderekó, o Bem Viver no modo de vida Guarani**. Portal Catarinas: Entrevistados: Geni, Geovana, Justina, Kerexu, Nina, Noeli. 06 de ago. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://catarinas.info/kerexy-yrapyry-fala-sobre-o-nhandereko-o-bem-viver-ao-modo-guarani/>>. Acesso em 1. nov. 2021.

NEVES, M. S. **Lugares de Memória na PUC-Rio**. Núcleo de Memória da PUC – Rio. Rio de Janeiro, setembro de 2007. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio#:~:text=Para%20Pierre%20Nora%2C%20os%20lugares,lugares%20simb%C3%B3licos%20onde%20essa%20mem%C3%B3ria>>. Acesso em 1. out. 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista PUC-SP. São Paulo, dez. 1993. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em 5. set. 2019.

ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU NEWS - perspectiva global reportagens humanas**, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701#:~:text=Segundo%20a%20ONU%2C%20atualmente%2055.implementando%20processos%20de%20pol%C3%ADticas%20descentralizadas>>. Acesso em: 1 jan de 2022.

ORTIZ, Fernando. **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Santa Clara :Dirección de Publicaciones - Universidad Central de Las Villas, 1963.

PALAVRAS DITAS E ESCUTADAS. Kleyton Rattes **entrevista com Bartomeu Melià**. Revista Mana, Estudos de Antropologia Social, v.19, p. 181-199. [s.l.]. Scielo Brazil, 05 de jul. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/RpgFGc8zn8bYWVCCpqvzQ5b/?lang=pt>>. Acesso em 3. fev. 2022.

PARANÁ (Estado) Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 1; Disponível em: <[https://comunicacao.mppr.mp.br/arquivos/File/ASCOM/Comissao\\_da\\_Verdade\\_V1\\_2Versao.pdf](https://comunicacao.mppr.mp.br/arquivos/File/ASCOM/Comissao_da_Verdade_V1_2Versao.pdf)>. Acesso em 1. dez. 2019.

OSOWSKI, R. D. S. F.; PAMPLONA, D. A. **Complicidad empresarial, Justicia Transicional y violaciones de derechos humanos de los pueblos indígenas en Brasil durante la dictadura cívico-militar de 1964-1988**. Homa Publica - Revista Internacional De Derechos Humanos Y Empresas, vol. 5, num. 2. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/36077>>. Acesso em 1. dez. 2020.

PERGUNTAS Frequentes. **Itaipu Binacional**. Endereço eletrônico. [s.l.]. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>>. Acesso em 1. dez. 2022.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em: <[https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em 1. set. 2019.

PRERRÔ. **Grupo prerrogativas**. (2021). Caso do embaixador José Jobim para que não se esqueça para que nunca mais aconteça. Disponível em: <<https://www.prerro.com.br/caso-embaixador-jose-jobim-para-que-nao-se-esqueca-para-que-nunca-mais-aconteca/>>. Acesso em 3 mar. 2022.

RAMO, A. M. “**Nos tempos antigos Nhanderu soube qual haveria de ser nosso futuro teko**” Tempo, troca e transformação entre os Guarani. Revista USP, v. 63,



p. 122-142. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/168618>>. Acesso em 5. dez. 2020.

RESERVATÓRIO Itaipu. **Site oficial Itaipu Binacional**. [s.d]. [s.l]. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>>. Acesso em 8. fev. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Elaine P. **Canal de Desvio: os Avá-Guarani e a construção da Itaipu Binacional**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, online, v. 12, nº 02, maio-agosto 2018. p. 49 - 85. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16011>>. Acesso em 5. out. 2019.

ROCHA, Elaine P. **Avá Guarani... Presente!** Laudo histórico sobre a comunidade Avá Guarani do Ocoí. Xanxerê: Cimi-Sul, 1991. Manuscrito.

RODRIGUES, A. D. **Relações Internas na família linguista tupi-guarani**. Revista de Antropologia, v. 27/28, 1984/1985. Departamento de Linguística da UNICAMP. Disponível em: <[http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Arodriques-1985-relacoes/Rodrigues\\_1985\\_RelInternasFamTupiGuarani\\_OCR.pdf](http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Arodriques-1985-relacoes/Rodrigues_1985_RelInternasFamTupiGuarani_OCR.pdf)>. Acesso em 1. jan. 2022.

SANTANA, R. **Com uso de tese anti-indígena, UHE Itaipu sofre derrota no STF e suspensão de despejos de aldeias Avá-Guarani é mantida**. Conselho Indigenista Missionário. [s.l.]. 23 de set. 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/09/com-uso-de-tese-anti-indigena-uhe-itaipu-sofre-derrota-no-stf-e-suspensao-de-despejos-de-aldeias-ava-guarani-e-mantida/>>. Acesso em 1. out. 2020.

SILVA, Joana A. F.; SILVA, Giovani J. (2010). **História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente**. História Oral, v. 13, n. 1, p. 33-51. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/13563/5/Artigo%20-%20Joana%20Aparecida%20Fernandes%20Silva%20-%202010.pdf>> Acesso em 1. set. 2019.

SILVEIRA, M. C. P. **Fronteiras e mobilidade indígena: o veto ao direito de livre circulação da nova lei de migração e o povo Warao**. Teses USP. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-10092021-163922/publico/MarinaCPSilveiraOriginal.pdf>>. Acesso em 1. jan. 2021.

SHIDMT, M. L. S.; MAHFOULD, M. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Periódicos eletrônicos em psicologia. São Paulo, 1993. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013)>. Acesso em 1. set. 2019.

SOARES, B. **Sem perspectiva de futuro, mais um jovem guarani comete suicídio no Oeste do Paraná.** Brasil de Fato PR. [s.l.]. 11 de mar. 2022. Disponível em:

<<https://www.brasildefatopr.com.br/2022/03/11/sem-perspectiva-de-futuro-mais-um-jovem-guarani-comete-suicidio-no-oeste-do-parana>>. Acesso em 1. abr. 2022.

SOARES, B. **Decisão favorável a terra indígena é ignorada pela Funai com aval de Bolsonaro:** Violação de direitos dos Avá-Guarani, no extremo Oeste do Paraná, continua 30 anos após construção da hidrelétrica. Brasil de Fato. Foz do Iguaçu, 28 de ago. 2019. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/decisao-favoravel-a-terra-indigena-e-ignorada-pela-funai-com-aval-de-bolsonaro>>. Acesso em 1. set. 2019.

STENTZLER, I. **Em carta, lideranças guaranis do Oeste do Paraná cobram reparação de direitos a Lula**

Brasil de Fato PR. [s.l.]. 29 de nov. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2022/11/29/em-carta-liderancas-guaranis-do-oeste-do-parana-cobram-reparacao-de-direitos-a-lula>>. Acesso em 1. dez. 2022.

TEAO, K. M. **História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo (1940-1973).** Periódicos UFES, Dimensões v. 35. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12502>>. Acesso em 1. fev. 2022.

UNISINOS, Instituto de Humanas. Nação Guarani se manifesta contra “sequestro institucional” de crianças no MS e prisões no Oeste do PR. **Revista IHU Online.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/577589-nacao-guarani-se-manifesta-contrasequestro-institucional-de-criancas-no-ms-e-prisoes-no-oeste-do-pr>>. Acesso em 1. ago. 2022.

**A LUTA pelo Tekoha Mokoi Joegua. Projeto ‘Memória e Identidade do povo Kaigang’.** Projeto coordenado pelo professor Paulo Porto. UNIOESTE, 08 de out. 2017. 1 vídeo (3:47 min). Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1464937103541667>>. Acesso em 1. ago. 2022.

## Anexo 1 - Íntegra das entrevistas

### A1 - Entrevista com o Tamõi Cláudio Vogado (46 anos), liderança da retomada *Tekoha Mokoy Joegua* - concedida no dia 15 de dezembro de 2019

Foto 1: Da esquerda pra direita, o primeiro é o Inocência, o segundo da foto, é o Claudio, e o último é o Lino, cacique da aldeia Curva Guarani.



Fonte: Foto própria, tirada durante a entrevista

*P. Eu queria que você falasse um pouco como foi essa parte de voltar para o Ocoy, porque encheu, subiu a água e vocês saíram foram para outros lugares. Eu queria que você falasse um pouco desta parte de voltar. Como foi esta parte de voltar para o Ocoy, antes de vocês saírem para chegar até aqui?*

**A1.** Então, vou contar um pouco da história da aldeia Ocoy... Então, nós saímos de lá, sabe, o lago já encheu, vinha água enchendo e, como eu falei, a população indígena cada vez mais está aumentando, e cada vez mais, também, o espaço foi ocupado, então, não tem mais condição, onde é que nós vamos morar? Que seja, que tinha alguns espaços pequenos, mas muito apertados, então é por isso que nós saímos de lá, para ver se nós fazemos a luta de novo e sempre continuar essa luta.

*P. Mas você pode falar um pouquinho do porquê vocês voltaram para lá? Por que quando alagou vocês estavam na jacutinga, aí alagou, vocês foram para onde?*

**A1.** Por exemplo, a parte das questões da Jacutinga, eu não sei bem certo... Nem lembrava bem certo.

**P.** *Você lembra com quantos anos você chegou na volta ao Ocoy?*

**A1.** É, por exemplo, eu cheguei no Ocoy quando eu tinha... acho que uns seis anos.

**P.** *No Ocoy novo?*

**A1.** É, no Ocoy, ali em São Miguel do Iguaçu.

**P.** *Então, se você puder nos falar um pouco sobre a questão do barco, eu conversei com o Paulo, ele me explicou que eles fizeram uma arrecadação daquele barco para vocês poderem pescar, poderem usar o barco para fazerem outras coisas, para ajudar na alimentação, então se você puder falar de como foi essa história?*

**A1.** Do barco né?! Então, essa parte do barco... esse barco vamos dizer assim, foi Paulo Porto que ajudou, mas eu mesmo, como eu vi que nós aqui estávamos precisando de um barco, então pedimos ao Paulo Porto uma ajuda, será que ele pode arrumar um barco para a gente aqui? Então, fui conversar com ele por telefone, daí ele achou um jeito e entrou em contato com um pescador ali na curva, aí ele confirmou e fez um barco para nós de 5 metros, foi feito por um pescador.

**P.** *Como foi esta história da polícia ambiental?*

**A1.** Naquela época que foi acontecendo isso, você sabe que nós temos uma casa de reza ali, e faltavam instrumentos das mulheres, então, aonde iríamos procurar? Porque aqui na ilha não tem. Por isso eu falei pro meu povo que eu prefiro procurar aquele bambu, para a mulher usar na casa de reza. De repente, nós pensamos em levar o barco para outro lago, para nós atravessarmos até a ilha. Fomos lá, atravessamos e procuramos o bambu para utilizarmos na casa de reza.

**P.** *A mata lá é virgem?*

**A1.** Olha, a mata lá é essa mesma coisa que nem aqui, replantada, não é mata virgem. Pode ser que alguma parte seja virgem, mas pelo que vi, não é virgem, ela é replantada. Tem algum lugar, por exemplo, onde tem o bambu, eu não sei se ele foi plantado, ou se está crescendo ali mesmo, isso que eu não sei.

**P.** *Você pode falar um pouquinho dessa parte que a polícia encontrou vocês ali?*

**A1.** Por exemplo, a polícia encontrou nós já voltando. Pela volta já. É, nós já vínhamos voltando lá, nós cortamos um pézinho de bambu dividido em três pedacinhos só, então esse que nós trouxemos, descemos no barco e estávamos quase atravessando para cá de novo, aí nós vimos um barco que estava em nossa direção, aí era a polícia ambiental, daí já chegou lá, mas nós estávamos no barco já

não no mato, aí eles falaram "quem falou pra vocês entrarem aí, vocês não sabem que é proibido?"

Então assim, falou bravo já, isso que aconteceu com nós aquela vez.

*P. Eles faltaram com respeito com vocês, quando eles te abordaram?*

**A1.** É, por exemplo ele chegou bravo, mesmo, aí falou "se vocês entrarem de novo vocês vão morrer" falou pra nós, então já que eles estavam abordando nós, nós ficamos quietos, nós entregamos para eles, eles estavam em dois e nós em cinco, então nós ficamos bem quietos, falamos para eles nos deixarem em paz, só estávamos levando bambu para usar na casa de reza, mas eles nem quiseram saber, e arrastaram o barco até o escritório da polícia ambiental.

*P. Ah, então eles não vieram aqui então?*

**A1.** Não, naquele momento eles não vieram, só que eles arrastaram o nosso barco até o escritório da polícia ambiental

*P. E aí eles agrediram vocês também?*

**A1.** É, essa agressão foi acontecer no escritório.

*P. Dentro do escritório?*

**A1.** É, dentro do escritório?

*P. Mas era na parte que estava com o delegado ou não?*

**A1.** Olha eles são... Ele é um sargento. O nome dele é Adelar Schmidt, o nome dele. Então, eu conheço bem ele, então a agressão foi acontecer dentro do escritório mesmo.

*P. E o delegado estava junto não?*

**A1.** Olha, o delegado eu não sei se estava, mas tinha uns cinco seis por ai que estava, um estava mexendo no computador, outro estava sentado ali do nosso lado, inclusive ele nem deixou a gente sentar em cima da cadeira, a gente estava sentado ali no piso mesmo

*P. No chão?*

**A1.** No chão. Então aí o sargento primeiro agrediu, primeiro ele deu um chute na minha mão, eu tinha um cachimbo na minha mão, de repente, parece que tava nervoso, não sei o que aconteceu ali, ele chutando em mim cachimbo jogando pra cima em mim, pouco não pegou nos meus olhos ou alguma coisa, se ia pegar o cachimbo nos meus olhos.

*P. Aí teve a questão do seu irmão que eles bateram mais!*

**A1.** Aí já foi no camburão, indo pra Foz. Ali deu um soco no rosto no meu irmão Lourenço e um soco no estomago, isso aí ele aconteceu, o meu irmão contou depois eu não, mas na verdade, eu acho só pelo pé de bambu foi isso que aconteceu,

*P. Só por tirar um pé de bambu, eles acusaram vocês de cortarem arvore de lá. Eu já ouvi essa história, mas é mentira até, por que vocês iriam tirar arvore de lá se vocês têm árvore aqui?*

**A1.** Só íamos procurar o bambu, não árvores. Nós 'tem' arvore aqui!

*P. Por que vocês acham que eles estão te processando? Só por causa do bambu ou pra enfraquecer a luta da terra?*

**A1.** O que você acha? é isso que acho também mais ao menos, entendo se eu ficar processado tenho que sair da aldeia entregar meu cargo enfraquece, outro dirigir este cargo, eu acho que é isso que ele quer fazer, eu acho né. Pelo que eu entendo, o bambu não tem valor.

*P. Agora, eu queria perguntar uma outra coisa e não tem muito a ver com esta história. A gente que é juruá(referência aos não-indígenas) tem uma outra criação, aí tem aquele negócio que a gente tava conversando aqui, de achar que o índio é preguiçoso, não sei o que não sei o que lá. Eu não concordo com isso, na minha opinião é a maior mentira, mas eu sei de casos que vocês tiveram, de Guaranis que foram trabalhar, por exemplo, na lar ou você mesmo que foi trabalhar na plantação de milho, soja, alguma coisa assim, passando veneno ai vocês recebem um salário né, quando vocês fazem isso, ai eu queria que você falasse um pouco, pro juruá poder entender o porquê que vocês não tem vontade de sair daqui, morar numa casa na cidade, trabalhando num lugar só, todo dia, indo e voltando pra casa sem mato, sem remédio, sem casa de reza. Se você pudesse explicar o porquê pra você pode ter até um ou outro que sai, casa com juruá e sai, mas é minoria, a maioria de vocês continua morando no tekoha, na mata, remédio, casa de reza, natureza. Queria que você explicasse por que trabalhar? Vocês sabem, você já trabalhou fora em outros lugares, o cara acabou de falar que tá fazendo um poço né? Vocês mesmos sabem fazer roça, tudo isso, mas a questão é: por que pra vocês não é uma alternativa sair daqui e morar em uma casa dentro da cidade?*

**A1.** Então nessa parte vou explicar mais ou menos também, não consigo explicar mais!

*P. Não, pode falar só de sua parte, não precisa falar por todo mundo não.*

**A1.** Então, contar um pouco dessa parte como funciona nessa parte se alguém branco falou dos índio que é preguiçoso, mas eu acho não é por isso, e por exemplo, eu tenho nessa parte um pouco, vamos dizer assim, experiência, já trabalhei um pouco tempo no branco vamos dizer. Naquela época era tratorista, ajudava o patrão plantar soja, plantar milho, até passei veneno, então eu trabalhei um ano e pouco, mas eu parei de trabalhar não é que por preguiça então, eu também naquela época tinha filhos, filha tem que manter também, então eu tenho que plantar também, é nosso uso, ter uma roça ao redor da casa, não adianta trabalhar fora e ter que comprar pacote de arroz farinha ou azeite outra coisa mais. E por exemplo... O arroz, o pacote se acabar, e se acabar acabou, não tem mais! Vocês já viram como é o pacote das coisas assim em mercado, vocês vai cozinhando uma vez, quatro vez, então se acabar, se você não trabalhar, ai não vai comer nada, nem arroz, nada. Então tem que se virar! E na roça a mesma coisa a gente, nois trabalha na roça, plantasse algum um pé de mandioca, ou seja milho branco, batata, cana, porque se plantar nunca acaba tudo de uma vez.

Por isso eu acho importante, pelo menos da minha parte, eu gosto de trabalhar na roça, porque eu sou agricultor, então eu gosto de trabalhar. Eu queria mesmo, eu quero trabalhar então, porque eu já tive esta experiência há onze anos, meu pai ensinou como tenho que trabalhar na roça. Porque estou contanto esta parte, se alguém de fora falasse dos índios que são preguiçoso, é porque eles não entente o jeito...

Porque, por exemplo, de fora quem mora na cidade né, eles trabalham direto, direto, porque eles tem que pagar água, luz, aluguel, ele tem pagar acho deve ter alguma conta, parcela tem pagar certinho, no dia certinho, mesmo que ele não quer trabalhar, ele tem que forçar o trabalho. Mas nós indígena não é desse jeito, por isso que nós, eu por exemplo, eu nem pensava morar na cidade. Também, às vezes, que agora hoje pra nós indígena muito difícil achar algum emprego, muito difícil mesmo que nós temos algum estudo vamos dizer, mas eu já trabalhei várias vezes em uma empresa, trabalhando em uma construção, trabalhei na matelândia Frigorifico, já trabalhei várias vezes, fui em Santa Catarina trabalhei na colheita de maçã. Só agora hoje fiquei parado por causa que me envolvi numa luta, por isso que fiquei um pouco parado, mas se eu acho algum serviço por aí eu vou trabalhar de novo.

**P.** *Você tá parado na visão do juruá, não aqui, aqui você tá sempre fazendo*

**A1.** E então, é isso que acontece porque quer falar que índio é preguiçoso, na verdade não e bem por aí não... É isso que tô falando, um pouco o nosso jeito ne, então

**P.** E assim, vamos supor, eu falo pra você assim: eu te dou uma casa dentro de Foz do Iguaçu, eu te dou uma casa pronta pra morar, e eu te dou aqui um pedaço de terra aqui, por que você vai preferir este pedaço de terra aqui e não aquela casa? Então, nos preferir mais as terras e não só a casa!

**P.** *E por que a terra?*

**A1.** Porque são produtor, e porquê... Exemplo, a terra é produtor também, se você plantar nasce você colher também, as vezes as terras são produtiva, é verdade que alguém fala, mas tem que plantar pra produzir. Então, porque eu prefiro mais a terra, mas as casas na cidade eu não, né pra mim não, porque lá se você morar na cidade já é outra coisa diferente,

**P.** *Mas você já morou na cidade?*

**A1.** Não, nunca morei na cidade! Fiquei passeando, já foi, mas pra morar mesmo, muito difícil.

**P.** *E também tem esta questão, vocês sempre têm esta questão da comunidade, como você acha que você pode falar esta questão da comunidade, porque... Quando você pensa numa coisa você pensa na comunidade, a comunidade e já você fala "eu não quero um pedaço de terra pro meu filho, quero um pedaço de terra para um Guarani, pra uma comunidade".*

**A1.** Então, nessa parte é verdade porque, por exemplo, nós tamo na luta, eu mais prefiro as terras, por exemplo aqui, não só pra mim mas pra toda comunidade, porque eu sei que a comunidade também tá sofrendo como eu estou sofrendo também, então por isso, a comunidade também, se reunimo e a hora que sair alguma terra é pra todo mundo, todo mundo que mora aqui né, então, ai a comunidade já vai começando a plantar, produzir alguma coisa pra consumo, ai já começa mantendo as crianças, porque as criança hoje, às vezes, não costuma mais também com a comida do Guarani, às vezes acontece isso também, a criança não quer comer mandioca assada, batata assada, já acostumou a comer ervilha, arroz, carne.

Por isso que tô falando, tem que ter serviço pra você conseguir carne, arroz, feijão, ou seja, farinha de trigo por exemplo, arroz, feijão por exemplo, se nós plantar arroz, feijão nós ia ter na roça mesmo, não precisa nós comprar, nós ia comprar alguma



coisa que precisasse mesmo, por exemplo, azeite, sal, farinha, também não podemos comprar do mercado, não nasce assim da terra...

*P. Tem que ter uma fábrica pra fazer a farinha de trigo, você fala? Se você planta, por exemplo, este espaço que tá aqui aberto aqui, feijão e arroz, dá pra quanto tempo está colheita aqui?*

**A1.** Por exemplo, arroz tem de seis mês e feijão três mês por exemplo, se eu plantasse feijão, três meses já tem feijão.

*P. E dura quanto tempo se ele dá bem?*

**A1.** Vai dar quase um saco!

*P. Saco desse grande de 60, 80 quilos?*

**A1.** Isso!

*P. Nesse pedaço pequeno?*

**A1.** É, isso aí já ajuda bastante. Dura quase um mês inteiro comendo, se comprasse do mercado um pacote dois pacote dura apenas uma semana, duas semana já acaba.

--

## **A2 - Entrevista com Jovem liderança da Aldeia Araporã situado em Santa Helena no dia 30 de novembro de 2019.**

*P. Pode falar seu nome primeiro*

**A2.** Meu nome é Miguel de Oliveira Vera, sou de Santa Helena, município de Santa Helena, Araporã, sou liderança de lá, aldeia Araporã.

Eu vim aqui participar com as lideranças , e eu sempre digo que a situação do nosso povo, é muito precária, sabe? Por isso que a gente precisa de apoio, apoio da UNILA, apoio da Prefeitura, precisamos demais. Bom, a gente é um povo sofrido, bem sofrido, tem muitas crianças no município, é por conta dessa situação que reforçamos a participação em vários desses encontros, com a autoridade competente, que aquele que trabalhe conosco, que nós precisamos de muito apoio. Também nós estamos aqui, ou sempre conversando, enviando documento, porque precisamos muito, é muito preconceito também, muito preconceito, e nós

precisamos nos organizar, com os jovens e com liderança. Nós estamos também lá na retomada, e não tem como a gente sair, estamos presos lá, não podemos nem passar pro outro lado, tem que manter sempre nossa cultura, manter a nossa comida típica, não é? Sempre. *Nhandereko* que chamamos isso, nosso jeito de ser.

*P. É, teko porã também né?*

**A2.** É.

*P. Qual a diferença?*

**A2.** Quase igual! Nós precisamos do *teko porã*.

E agradeço também, principalmente a UNILA, que sempre nos apoiou, agradeço a todos. E também sempre lutamos, com fé, com força, sempre com *Nhanderu*, e nós esperamos coisas boas, não esperamos coisas ruins, para nossa comunidade. Porque, na verdade, nós lutamos para ter saúde e educação, e não esperamos que essas duas simplesmente aconteçam, porque nós precisamos de educação agora, nós precisamos também de fazer faculdade, para termos troco, dinheiro para sustentar a família. Já observei muita coisa, né, observei a caça e a pesca, mas hoje não tem mais a comida para achar fácil no mato.

*P. E vocês são do mesmo grupo do Cláudio ou são de outro grupo?*

**A2.** Outro grupo!

*P. Mas vocês chegaram antes, depois?*

**A2.** Antes! Nós somos da Curva do Begon.

*P. Desde quando cês tão lá?*

**A2.** Já fazem 3 anos.

*P. E por que a retomada ali?*

**A2.** Para manter nossa cultura, porque nós precisamos disso, porque *Nhanderu* precisa disso, para manter, para não errar nosso caminho, é por isso que nós estamos na retomada, porque aqui perto não tem demarcação ainda, tem somente a *Ocoy*, e *Añetete*, mas não é suficiente para a manutenção do nosso modo de ser Guarani.. Não tem mais espaço... A população indígena também cresceu, a cada dia ela cresce mais, e por isso que precisamos de espaço também para nossa família.

*P. Os diretores, esses líderes da Itaipu, eles vão falar que, para vocês voltarem para Ocoy, para vocês viverem lá, o que vocês pensam de uma fala dessa quando eles continuam falando esse mesmo discurso repetidamente?*

**A2.** Nós sempre dizemos que não tem como voltar, porque não tem mais espaço, é o que eu sempre digo, já é pegado lá... Não sei quantos hectares que tem lá, mas já está tudo cheio.. Voltar para lá não tem como... A liderança de lá está sempre na luta por ampliação, porque a população indígena cresceu.

*P. Fora as condições nas quais vocês estavam vivendo lá né?*

**A2.** Aham, as mesmas condições.

*P. Você vem do Ocoy ou de Guaíra?*

**A2.** É, alguns vem de Guaíra.

*P. Você foi do Ocoy?*

**A2.** Ocoy!

*P. Quando você saiu de lá?*

**A2.** Faz tempo.

*P. Três anos né?*

**A2.** Sim. Primeiro fomos para Itaipulândia, lá também tem outro grupo... Também já está tudo retomado, sempre na luta porque não é área demarcada, definitiva, então a gente precisou agir, encontramos outra forma, em vários lugares tem retomada, mas não é área demarcada ainda, tudo é precário, sempre estamos na luta... Sempre é necessário conversar por estar na liderança, já faz três anos que eu lidero, também já comecei a tomar decisão com a comunidade, sempre nós precisamos usar o diálogo para encontrar o caminho certo.. Nós esperamos a demarcação da terra, porque é isso aí que aguardamos...

*P. Vocês tão com ação judicial lá, de reintegração de posse?*

**A2.** Tem, reintegração de posse também. Mas porque essa reintegração de posse? Porque eles não entendem como nós, principalmente a Itaipu né, eles têm que entender como povo Guarani vive... Porque nós somos assim, mas Itaipu nunca pisou na reserva, por isso não entende a nossa realidade.

*P. Nunca pisou lá?*

**A2.** Não, nunca! Por isso que nós estamos assim né, porque eles não sabem nossa realidade dentro da aldeia, nossa precária realidade, nossa lágrima no dia a dia, a mãe e o pai sempre leva o peso no peito né, devido ao preconceito, porque quando saímos em busca de serviço não encontramos, por isso que nós estamos mal amarrados né, nós estamos presos na reserva. A reserva é nossa mesmo, nós nascemos com peixe, com natureza mesmo, por isso que nós estamos sempre, no

local, na reserva, por essa terra ser nossa mesmo, porque nós estamos lá esperando coisas boas, sempre aguardando e esperando essas coisas boas.

*P. Qual é a importância, dos xamãs antigos para vocês nessa luta ? Dos seus avós, os antepassados de vocês?*

**A2.** Nossos antepassados, nossa bisavó, tataravó, eles viviam melhor, porque antigamente não tinha o *Juruá*, não desmatava, não destruía, eles bebiam água limpa. Era assim, água da nascente, água doce mesmo, mas agora nós estamos também tomando água suja.

*P. Agrotóxico?*

**A2.** Agrotóxico, isso. E agora nós estamos assim, isso que a gente queria recuperar pelo menos um pouquinho, porque para recuperar como as coisas eram antigamente, acho que não tem como mais.

*P. O que você achou dessa ação judicial que o governo entrou, para Itaipu pagar indenização a vocês?*

**A2.** Nós aguardamos, esperamos né, essa indenização, porque principalmente a Itaipu tem uma dívida com o povo Guarani, todo mundo sabe, o Brasil sabe que o governo tem uma dívida com o povo Guarani. Mas essa é a nossa guerra, estamos guerreando, não é com arma, mas é com a nossa luta, porque nós temos direitos, os artigos 232, 233 né, criados pelo próprio governo. Por que o governo não quer reconhecer nosso direito? Isso que a gente queria ouvir, o governo, e os demais.

*P. Você é o líder espiritual lá também ou não?*

**A2.** Não, agora que fui batizado né.

*P. Você?*

**A2.** Fomos batizados agora né, as crianças, os jovens, grupo de jovens também, vamos organizar um grande evento espiritual, onde vamos batizar mais cinco, seis jovens, para ser guerreiro.

*P. Guerreiro? Seria liderança no caso?*

**A2.** É, liderança. Nós precisamos desse lado espiritual né, sempre a liderança mais velha diz que precisamos... O *Juruá* chama de pajé né.

*P. Você não é o pajé, lá da sua...?*

**A2.** Não, ainda não.

*P. Aí já é outro caminho né?*

**A2.** É outro, com mais peso ainda.

*P. Mais forte?*

**A2.** Mais forte e eles fortalecem a criação de movimentos dentro da aldeia.

*P. Mas tem pajé lá na sua retomada?*

**A2.** Tem! Porque nós precisamos disso mesmo, nós precisamos muito.

*P. Tem muito juruá que acha que índio luta com flecha, que o índio ataca, por que os Guarani não tem essa forma violenta de buscar pelos direitos?*

**A2.** Nós não usamos porque é, essa nossa identidade, isso é nosso, porque nós usávamos arco e flecha antigamente para caçar, não para destruir a vida das pessoas, utilizávamos para caça, pesca, e para proteger do bicho grande.

*P. Bicho Grande?*

**A2.** É, antigamente tinha, alguns chamavam de Curupira, essa história, só indígena que sabe essa história. Antigamente né, agora...

*P. Como que é essa história? Pode falar um pouco?*

**A2.** Bom, essa história é um pouquinho... Sempre o pai falava, desse Bicho Grande que passava, era mais perigoso antigamente... Quando alguns indígenas caçavam longe, eram cinco, seis, que saíam para caça ou pesca, eles faziam uma fogueira lá, um ficava de guarda com a flecha enquanto os outros dormiam. E quando o Curupira vinha, eles se protegiam, subiam no tronco, para esperar o bicho. Ele tinha um casaco, cheio de pedras assim, antigamente havia mais perigo no mato, existiam outros bichos também, mas para escrever esse livrinho tem que trabalhar com o mais velho, para saber mais, por isso nós precisamos de uma escola né, pelo menos provisória lá para trabalhar para contar, tem que contar nossa história, a realidade nossa, porque é, essa é muito, importante para o povo Guarani, e para o *juruá* também.

*P. Então na identidade de vocês já tem uma cultura de não ter uma violência assim?*

**A2.** Não tem. Porque nossa identidade sempre teve proteção, mas é sagrado por isso que nós também usamos para caça, não é para atacar pessoas né.

*P. Nem os mais antigos, tinham alguma situação de alguém atacar vocês e vocês terem que atacar de volta?*

**A2.** Não, os antigos não, com gente não, só com bicho do mato né.

*P. Bicho mesmo?*

**A2.** Bicho mesmo!

—

**A3 - Entrevista com xamoi<sup>12</sup> Onório Benites, da tekoha Itamarã realizada em primeiro de dezembro de 2019, durante evento das jovens lideranças indígenas**

Foto 2: Da esquerda pra direita, o primeiro é Onório



Fonte: Foto própria tirada durante a entrevista



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena

**Fonte: Livro “História de Santa Helena”**

Essa entrevista parte do diálogo em torno de uma foto que está no livro “História de Santa Helena”. Essa foto é possivelmente da aldeia Dois irmãos, região que estaria localizada antes do alagamento da região. Tal imagem foi reconhecida pelo entrevistado em questão, sendo justamente o objeto da primeira pergunta uma das pessoas que está na foto.

**A3.** O nome do filho que está ali, do filho do seu Antônio, irmão do Orácio, ele mora ali na vila rural. Está ali, então acho que é...

**P.** Aonde, aqui, aqui mesmo em Itamarã?

**A3.** Não.

---

<sup>12</sup> Xamoi é um termo Guarani para designar um líder espiritual.

*P. Onde é?*

**A3.** Mora em Santa Helena

*P. Em Santa Helena?*

**A3.** É. Para chegar, indo daqui até lá, tem a esquina Ceoso que ele fala, que só mudaram o nome agora para Moreno. Então, ele mora caminhando dali do trevo, mais ou menos 2km, tem uma vila rural. Então, é lá que ele mora.

*P. Hoje?*

**A3.** É. Então, chega e pergunta do índio que mora lá, que inclusive é sogro do meu primo. A filha dele que mora na Argentina, ele já é meio velho também né. Então, chega lá, e se informa com ele, acho que conta melhor porque ele morou lá e tá morando lá ainda.

*P. Qual o nome dele mesmo, que o senhor falou?*

**A3.** Antônio.

*P. Antônio? Ele é primo do senhor?*

**A3.** Filho do seu Antônio também.

*P. Filho do seu Antônio?*

**A3.** É, irmão desse aqui. Então tem o irmão, tem Orácio, tem mais outro, tem as irmãs dele que estão no Paraguai, mas só que ele ficou ali, morando ali, na vila rural. Até, inclusive, acho que tem uma pessoa que conhece ele lá em Santa Helena, no acampamento lá.

*P. No acampamento do Claudio?*

**A3.** É.

*P. E assim, o senhor lembra como era lá?*

**A3.** Lá em Dois Irmão era tudo mato ainda, mas depois começaram a roçar, ficou tudo mecanizado lá, e ali tudo é colono.

*P. Mas ali, na época dessa foto, não tinha colono, não tinha aquelas empresas, como a Laranjeira, trabalhando ali, nessa época?*

**A3.** Não. A empresa de Laranjeira comprou, não trabalhavam ali. Então, eles pegavam só de lá de Campina, um pouco Mato Grosso e até o Porto Mendes... Que eles tocavam serviço né, tinha trem, tudo...

*P. O senhor chegou a trabalhar na Matte?*

**A3.** Companhia Matte Laranjeira.

*P. O senhor trabalhou para eles?*

**A3.** Eu trabalhei. Então, nós puxávamos lenha com trem número 4, puxava lenha de Porto Mendes. Pegava de Porto Mendes, de rio Iguaçu e de Oliveira Castro, dali a gente levava lenha lá para Usina.

*P. Usina do quê?*

**A3.** Usina luz, tinha uma usina tocada a lenha, naquele tempo...

*P. De energia?*

**A3.** Para ter luz. É, mas depois, agora, mudou tudo, aquilo terminou.

*P. E aqui nessa parte da Mokoy Joegua o único colono que tinha lá era esse alemão que o senhor falou?*

**A3.** Era, era alemão.

*P. Que tava por ali?*

**A3.** É...Ali na Santa Helena velha, já tinha morador por ali, só que pra cá não tinha né, do Dois Irmãos pra cá até na Jacutinga não tinha morador nenhum, só que depois veio... Essa turma veio para roçar e derrubar mato para uma fazenda né, que pegou de empreitada, do fazendeiro para roçar, até tem uma vila... Vila Celeste, até agora tem... A Vila Celeste ficou né.

*P. E essa roça que eles tavam fazendo, era na terra que vocês viviam?*

**A3.** Era terra dos índios.

*P. Era na terra dos índios?*

**A3.** Então, aqui de Dois Irmãos, aqui tinha mais três. De Santa Helena, vinha pra Dois Irmão e chegava ali na Vila Celeste, e aqui tem a Serraria e a Cerâmica né, mas é só .. Mas não tinha roça nenhuma ainda, mas esse aqui, a Cerâmica já ficava na terra dos índios né, então aqui pegava de Dois Irmão, tinha a estrada aqui, que vinha de Santa Helena e vinha até em cima, e daqui fazia divisa pro rio Paraná. Então era um pedaço de mato grande!

*P. Essa fábrica de cerâmica era desse mesmo alemão que tava fazendo a empreitada da madeira? Da roça?*

**A3.** Era. Era um alemão.

*P. Como era o nome dele o senhor falou?*

**A3.** É... Eu nem me lembro o nome, o nome dele. Faz tempo já.

*P. O senhor falou aqui, depois eu vou escutar.*

**A3.** É. Então era só isso que eu tenho para contar por enquanto. Já fez entrevista com o Paulo? Com a FUNAI? Els devem sempre lembrar tudo né?

*P. É. Obrigado viu!*



**A4 - Entrevista com Inocência Tupã Acosta, vice Tamöi da comunidade Mokoy Joegua, realizada em 14 de dezembro de 2019.**

**P:** O senhor pode falar o seu nome e sua idade?

**A4:** Eu sou Inocência Tupã Acosta, vice cacique da comunidade indígena aqui no Dois irmãos, municípios de Santa Helena.

A gente veio por causa que a gente lembrava que há um tempo a gente vivia aqui em Santa Helena mesmo, e sempre é difícil esquecer também porque a gente viveu muito tempo aqui, junto com minha mãe, meu pai, meu irmão, tudo. Um dia eu cheguei aqui desanimado, eu saí daqui, saí um pouco, por causa do desânimo, porque minha mãe perdeu a vida aqui no Dois Irmãos. É certo que sempre tinha alguma pessoa que lembrava que minha mãe perdeu aqui mesmo nesse município, é por isso que eu saí pra outro lugar por um tempo, mas depois a gente lembrava de novo já que tem alguma pessoa que tava lutando pelo direito, pra ver se consegue ter algum pedaço de terra.

Então a gente apoiou o pessoal que estava lutando e a gente veio acompanhar a nossa luta de novo. Não é que a gente quer mais a terra, mas cada vez mais o índio tá aumentando devagar também, e a nossa família, alguma criança e casal, e aumentando a família, então, a gente pensa em tudo isso aí. É por isso que a gente tá aqui, na aldeia que chamam de aldeia Mokoy Joegua, no município de Santa Helena. Por enquanto nós estamos tranquilos, mas estamos esperando, através de luta, de que Itaipu prometeu há um tempo resolver os nossos problemas antes dos dois anos, agora já tem quase três anos, então a gente está esperando alguma proposta de Itaipu.

Qualquer coisa a gente conversa com eles, e a gente, por enquanto, não vai dizer que a gente sai daqui nem fica aqui também, porque isso aí depende de Itaipu. A gente já tinha proposto e é por isso que a gente tá esperando.

A gente quer que melhore um pouco aqui porque a gente sofre muita coisa. A gente fala sobre isso, a gente conta pra que o pessoal saiba do sofrimento que nós passamos aqui. Olhando o tempo, olhando o ano, inclusive, tem algumas pessoas, nossos amigos, nossos parentes perderam na nossa comunidade aqui no Dois Irmãos e aqui bem pertinho tem o cemitério deles e em tudo isso a gente pensa. E o

índio perdeu a vida, então, é muito grande o sentido que a gente tem, tudo isso a gente pensa porque aquele que perdeu a vida dele é só por causa da luta também. Isso a gente pensa todo dia, e a gente sempre continua esperando qual é a proposta da a itaipu e da FUNAI também, porque a FUNAI tem mais direito, e a que mais tem que nos apoiar. Desde que a gente está aqui, a gente fica esperando o que sobra pra nós.

**P:** O senhor tem 72 anos que o senhor falou?

**A4:** Eu já tinha 72, em novembro completei 72, porque eu nasci em 1947 .

**P:** Esse nome Mokoy Joegua, ele era um nome do tekoha ou, porque tinha esse nome, ou tinha outro nome, sempre foi esse nome, o senhor sabe?

**A4:** Você sabe que Mokoy Joegua significa, por causa que tem a aldeia, que nem outro acampamento também por perto. Significa que Mokoy Joegua é dois igual que significa?

**P:** irmão

**A4:** aham, é isso que é Mokoy Joegua, a nossa língua, o branco diz que é dois irmão que significa pra dois irmão.

**P:** Mas seria dois igual?

**A4:** É isso que é Mokoy Joegua

**P:** Mas é aquela Mokoy Joegua antiga, ela sempre teve esse nome mesmo?

**A4:** Só agora porque aquele tempo tinha uma aldeia só né. Agora ali perto tem outro acampamento também onde está o Lino, nossos parentes também, então a gente colocou mais ou menos assim pra saber né.

**P:** Tinha uma fazenda perto da antiga Mokoy Joegua, que chamava Dois Irmãos também?

**A4:** Eu acho que sim porque naquele tempo tinha o índio também ali, bastante índio ali pra baixo de Santa Helena, era ali que eu vivia, perto de onde tem o cemitério da minha mãe, era ali.

Eu queria conhecer mais de novo o cemitério da minha mãe, mas agora é difícil né. Eu não fui mais por causa que tinha um branco que disse que o cemitério está embaixo do lago , é difícil de ver agora.

**P:** É aí que o senhor falou que perdeu a sua mãe, porque disse que ela ficou embaixo da água?

**A4:** Está lá embaixo do lago agora

**P:** E o senhor se lembra como era antigamente a antiga Mokoy? O senhor nasceu aonde?

**A4:** Eu nasci ali em Jacutinga. Aldeia Jacutinga mesmo. Eu nasci ali e fui criado ali também.

**P:** Mas o senhor chegou a conhecer a antiga Dois Irmãos?

**A4:** Depois, quando eu estava com doze ou treze anos. Eu saí de lá por causa de serviço. Eu encontrava bastante pessoas que moravam aqui né, daí fiquei ali.

**P:** Que serviço?

**A4:** O serviço é assim, no tempo que tinha começado essa cidade que chamavam Santa Helena. Tinha bastante serviço, como derrubar o mato, roçar o mato. A gente trabalhava de machado porque quase não existia trator, motosserra também naquele tempo. Então tinha bastante serviço, por isso eu vim pra cá trabalhar um pouco e por isso aprendi muito.

**P:** Por que vocês saiam do tekoha de vocês, da forma de vida de vocês e ia pra esse serviço? O que que fazia vocês irem pra esse serviço?

**A4:** É... a gente saía devagarinho, quando ia crescendo, a gente aprendia muita coisa do branco e a gente precisava também né.

A gente não tinha né ajuda, então, tinha que trabalhar para conseguir alguma coisa, é por isso que eu saí.

**P:** Naquela época já havia uma dificuldade de terra?

**A4:** Não, não é por isso. O problema é que a gente começou a usar sapato, camisa e ninguém produzia dentro da área, então, tem que sair pra trabalhar, né, é por isso que eu saí.

Mas a comida quase não faltava pra nós. Tinha peixe, lambari, mandioca, banana, laranja, tudo tinha naquela aldeia.

Só que outra coisa que a gente não tem, não tem jeito de produzir dentro da área, tem que sair pra trabalhar, é por isso que eu vim aqui, conhecer Santa Helena Eu conheço desde 1965 aqui, acho que com nove, dez anos por aí, porque minha mãe morreu em 1975 aqui, aqui no cemitério. É isso que eu conto.

**P:** O senhor lembra como é que era aqui? O que que tinha e como vocês viviam aqui no Dois Irmãos antigo?

**A4:** Eu lembro por causa que a gente trabalhava, tinha bastante serviço, então quase não faltava pra nós quando trabalhava. O branco não dava de graça, mas a gente trabalha e consegue alguma coisinha

**P:** Eles pagavam?

**A4:** pagavam sim, por isso que a gente trabalhava, né.

**P:** Pagavam em dinheiro mesmo?

**A4:** Em dinheiro e em algum outro tipo..Dava alguma cesta básica pra criançada

**P:** o que?

**A4:** Uma comida assim, cesta básica...

É por isso que a gente tava naquele tempo prá cá. Tinha bastante conhecido, até branco também... Eu conhecia meu patrão, tinha um fazendeiro que chamava Tomé, eu acho. Tinha o Tomé e tem outro também. Eu conhecia o Tomé, aquele que tinha mais gente trabalhando pra ele.

**P:** Era alemão?

**A4:** Acho que era alemão porque ele mandava roçar o mato, tinha bastante índio que trabalhava pra ele, eu também trabalhava: pegava empreita, roçar o mato, quando roçava tudo, pegava machado e derrubava o mato e quando queimava , começava a plantar. Assim que eu trabalhei um tempo.

**P:** Mas essa terra dele aí não era de vocês? Essa terra que ele falava que era dele, essa terra não era de vocês antes?

**A4:** É claro que o índio já tinha, aqui no perto de Santa Helena, pra lá um pouquinho...

**P:** E ele pegava e falava que era dele a terra?

**A4:** É claro, com certeza que ele falava, que nem ele falou agora sobre a terra, que nem eu falei um pouco pra você agora de manhã, sobre a terra. É isso aí, a gente, que nem o branco, também precisa de alguma terra para trabalhar, alguma coisinha pra manter o nosso filho, só que a gente não pensa em trabalhar que nem branco, porque a gente não tem capacidade para trabalhar que nem branco, fazer lavoura, plantar muita coisa. Não, não é por isso. A gente quer espaço pro nosso filho, pra conhecer talvez alguma fruta natural que hoje não existe mais natural que nem a gente usava antes de pequeno. Então a gente precisa mais para aprender e o nosso

filho também, de algum remédio do mato também. Tudo isso a gente pensa né, por isso que a gente quer algum pedaço de terra pra gente viver.

**P:** O senhor podia falar pra mim um pouco do que é o teko porã?

**A4:** teko porã significa que uma aldeia que fica meio tranquila, que ninguém incomoda, ninguém manda. A comunidade que manda. É isso que é teko porã pra nós.

**P:** E o nhndereko?

**A4:** O nhndereko é cultura, é nosso sistema que nem eu falei pra você agora de manhã. É nossa cultura, e o nosso canto, é pra mostrar para nossos filhos, preparar nossos filhos, que a gente também não sabe quanto tempo que vai durar mais, que nem meu sogro morreu, não sei até quanto tempo que vamos dar conselho pra nosso filho também. Tudo isso a gente falava quando tá na casa de reza, é isso que é a nossa cultura.

**P:** Certo. Nhandereko

**A4:** É, isso aí e o nhandereko.

**P:** Qual é a ligação do nhandereko, teko porã e a terra?

**A4:** Teko porã e a terra é uma aldeia que pertence à comunidade e daí a gente pode continuar levando a nossa cultura melhor, é isso que seria o teko porã.

**P:** E pra isso precisa de terra?

**A4:** primeiramente é da terra que precisa, é isso que a gente precisava agora.

**P:** Dessa retomada aqui que começou a partir de Diamante, que saiu o pessoal do Cláudio, que foram indo pra outras cidades e depois chegaram aqui. O senhor acompanhou desde quando?

**A4:** Pouco tempo. Dessa parte, é melhor o Claudio dizer pra você.

**P:** O senhor chegou aqui desde quando?

**A4:** Acho que faz quase dois anos que eu tô aqui.

**P:** Ah, o senhor chegou quando já aqui já tinha sido retomado.

**P:** O senhor viveu no ocoy novo, o senhor chegou a viver lá?

**A4:** Eu vivia quando nós saímos lá da aldeia Jacutinga. Como a gente chamava a comunidade mais antiga, não sei em quantas pessoas estamos até hoje. Como tem os mais velhos e tudo que bastante pessoa já perdeu a vida, os nossos companheiros quase não tem mais.

Ali no ocoy não sei, que todo mundo quase morreu, depois de não sei quanto tempo ainda que existia aquela aldeia do ocoy.

**P:** O senhor falou que perdeu o cemitério que sua mãe estava enterrada, aí o senhor saiu e foi embora?

**A4:** Fui embora, voltei de novo para o Paraguai, passei um pouco, por causa que eu, é por isso que eu saí.

**P:** Depois o senhor voltou pra onde? Pro Ocoy ou pra outro? Pra qual lugar?

**A4:** Não, foi pra outra aldeia. Mas eu penso que não quero mais ficar aqui também, porque depois de perder minha mãe, em tudo isso a gente pensa.

Daí eu fui pra Laranjeiras.

**P:** Laranjeiras do Sul?

**A4:** Daí fiquei lá por um tempo, depois eu passei de novo por Palmeirinha. Andava por toda a parte de tanto que a gente estava desanimado porque não tem mais lugar melhor que nem a gente vivia aqui antes. Por isso quase não parava.

Só agora que estou dando um tempinho aqui de novo, mas a gente fica contente com o Cláudio que conhecia de muito conhecido. Daí a gente fica acompanhando ele.

**P:** O senhor é rezador também?

**A4:** Estou a rezar sempre. todas as tardes, a cada sete horas nós estamos tudo nas casas de reza, todas as tardes, isso aí que é a nossa cultura, a gente mostrar pra criançada aprender a nossa cultura e falando porque que a gente é importante para nós também. Assim a gente que viver aqui.

**P:** Como eu tava falando ali com o Cláudio, sobre essa questão dos espíritos dos que já morreram que ainda estão olhando por vocês e estão ajudando na luta. O senhor falou que a mãe do senhor estava enterrada aqui, bem aqui perto de onde a gente está no lago, debaixo d'água, qua é a importância desses antepassados na luta de vocês hoje?

**A4:** Eu acho que pra mim é importante por causa que tem algumas pessoas que, mais novas do que eu, também falaram, pensam, não sei se eles pensam ou Deus que anima eles pra falar pra mim pra ficar tranquilo. Todo dia penso em alguma coisa, através da minha mãe, é melhor você pedir por sua mãe, mesmo ela não estando mais junto, mas é através de cima a gente pensa que ele morreu mas é, espírito, não vai embora. Com certeza que ajuda, ela falou, tem alguma que é mais nova do que eu, então a gente acredita. Por exemplo , outro rapaz morreu há pouco tempo , quase um ano, um ano e pouquinho que morreu aqui, acidente.

Ele também perdeu a vida dele também por causa de luta, a gente todo dia lembra que ele precisa de ajuda, mesmo que não esteja mais vivo, mas o espírito santo está junto. É isso que nós estamos fazendo sempre.

**P:** Sempre na luta



**A4:** Sim, sempre na luta, pedindo o melhor, pra poder ajudar nós também, porque o espírito santo está no meio da gente. É isso que a gente acredita, por isso que a nossa cultura sempre melhora devagar.

**P:** ele morreu do que esse rapaz agora?

**A4:** Acidente de carro que mataram. Esse aí é o cunhado, esse aí era o cunhado dele, quase morreu junto. Ele está todo machucado, quebraram tudo, a perna dele também. Inclusive ele está um pouco melhor, só o cunhado dele é que na hora perdeu a vida.

**P:** Vocês acham que pode ter sido provocado?

**A4:** Não sei, porque branco sempre é assim mesmo, se você não toma cuidado na cidade, é capaz de matar de qualquer jeito. Eles o mataram de moto, ele andava de moto e passou por cima dele o carro. Por isso tem o cemitério, você não viu ainda?

**P:** não, ainda não, mas depois eu vou. Se vocês puderem me levar lá

**A4:** O Claudio também sabe de tudo.

**P:** eu vejo com ele e peço pra ele me levar lá

**P:** Porque que voces voltam? Porque eu acho que o juruá não entende muito né? O juruá acha que acabou aqui, agora o lago, então pode ir pra Laranjeiras do Sul, vai pra não sei aonde. E aí vcs voltam, vocês sempre voltam, porque vocês sempre voltam?

**A4:** É que nem eu falei agora pra você, que tem alguma aldeia que foi lá, sempre vai na casa de reza, chegaram na casa de reza, tem bastante rezador, e fica olhando por nós, por mim. Eu sentia muito daí e ela falou pra mim que é melhor você ficar mais perto ou se chegar lá ter a forma de chegar e colocar alguma vela pra ela, lá no cemitério, pra esquecer mais um pouquinho, pra andar melhor com sua família, porque você tem a família, bastante família, e não pode ficar desanimado. É por

isso que eu voltei pra cá. E no fim, o cemitério tá embaixo do lago, mas eu sempre lembro do que o rezador falou pra mim, e acreditando e fazendo devagar. Agora tá melhor ainda. Saudade, tranquilo, quase não lembrava mais, mas tem dia que a gente lembrava sempre.

**P:** O senhor ficou muito chateado com esse negócio do lago ter coberto o cemitério. Porque o senhor não podia ir ali prestar uma homenagem.

**A4:** É claro que sim, é isso que acontece.

**P:** A questão é que as raízes, os ancestrais de vocês estão enterrados aqui, então é importante para vocês voltarem para estar mais perto.

**A4:** É claro que ele falou, o rezador falou bastante pra mim, pra fazer isso. É verdade, também falou.

**P:** Porque você não tava se sentindo bem lá

**A4:** Pra não sentir alguma coisa, e às vezes acontece alguma coisa, porque ela falou que eu tenho que ver minha família. É verdade o que ela falou. Agora que vim pra cá é um pouco mais tranquilo. E continuamos na casa de reza e pedindo pra não acontecer mais.

**P:** Agora que teve essa retomada aqui, em Santa Helena, tem três retomadas né?

**A4:** Acho que três ou quatro retomadas.

**P:** Agora que o senhor tá vendo essa retomada, essa ocupação aqui. O que o senhor acha, desta luta estar acontecendo, das lideranças estarem sempre retomando lutando por essa terra, e eles tão vivendo aqui essa vida aqui, bem melhor que no Ocoy. Eu entrevistei o Cláudio e ele falou que o ocoy era muito apertado, não tinha espaço, não tinha mato, os filhos não conheciam tatu, não conheciam nada. Como o senhor vê esse pedaço de terra que vocês estão?

**A4:** Acho que pra mim é um pouco melhor do que o Ocoy, por causa que a gente é acostumado com o tempo que a gente vivia no mato, então a gente achava algum pedaço no mato, e a criançada sempre aprende também o remédio, ou algo que serve pra gente, pra ser algum remédio, então por isso que a gente tá aqui, um pouco melhor mesmo do que em Ocoy. E a gente só que uma parte. Não sei se vai dar certo, porque a gente fica aqui também, a gente não pode dizer... Outra coisa é a gente ficar alegre, a gente passa alegre aqui, junto de nós.

Porque a Itaipu a gente não sabe o que que pensa sobre isso. Se o índio vai ficar aqui, a gente aceita. se ele vem fazer alguma negociação também, a gente aceita. Tudo isso a gente está esperando, mas depende disso, tem que resolver a nossa luta, é isso que a gente quer.

**P:** Pra ir encerrando, como que o senhor vê a Itaipu. E a historia que ela conta, a história que a Itaipu conta a gente já conversou um pouco ali, mas o que que o senhor acha dessa forma que a Itaipu conta a história?

**A4:** Eu acho que, pelo que a gente sabe, através do Claudio que conta pra nós, o que que a itaipu prometeu na hora de fazer retomada aqui né. É por isso que eu falei né que ele prometeu dois anos mais ou menos pra resolver todo o problema do guarani.

**P:** A Itaipu prometeu?

**A4:** Sim, acho que a Itaipu prometeu, e até hoje a gente não sabe como que ficou.

**P:** Só pra encerrar, o senhor falou ali pra mim que não tem como voltar mais como era antes

**A4:** não

**P:** Mas o senhor pode dizer assim pro guarani ter um teko porã, um nhandereko, o que que falta hoje que tinha naquela época, pra ser uma vida mais tranquila, mais forte mais sossegado, com mais espiritualidade?

**A4:** que nem eu falei que, a hora que nós temos algum pedaço de terra, nós queremos que a comunidade que mande na aldeia, a comunidade se reúna pra plantar alguma coisinha, pra manter filhos

**P:** Tinha plantação do que naquela época?

**A4:** Naquele tempo tinha cana doce, mandioca, bata, laranja, banana, milho, coco também, o que o índio planta sempre não é pra vender que a gente planta, nós temos para usar em casa.

A gente não quer mexer nada enquanto não resolver isso.

**P:** O senhor plantava naquela época?

**A4:** Plantava bastante coisa

**P:** A colheita era boa? Plantavam melancia também?

**A4:** Melancia, abóbora... Mas agora não dá pra plantar porque também tem as formigas que come tudo, que nem o Cláudio contou

Se a gente ficar aqui também a gente quer achar uma forma de terminar com essa formiga.

**P:** Acho que por enquanto é isso aí. Muito obrigada, senhor Inocência. Só colocar aqui que o senhor autoriza usar essa entrevista no meu trabalho.

**A4:** Ah, sim, talvez a gente tem mais apoio por essa forma também, né? A gente precisa de mais força e mais apoio.

**P:** Muito obrigado.

## Anexo 2 - Fotos da visita ao Ecomuseu de Itaipu

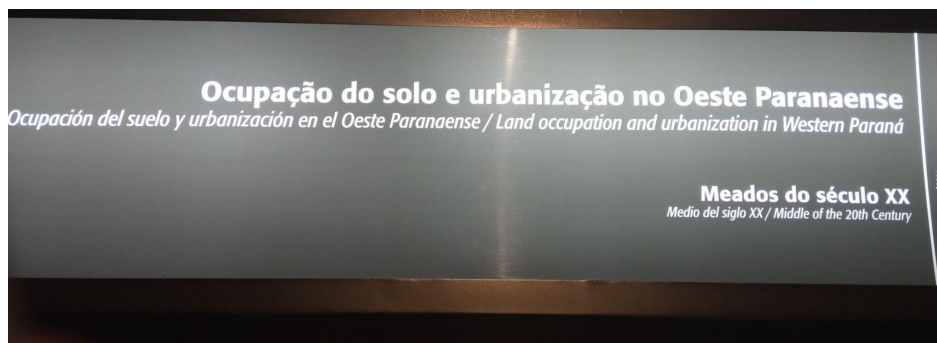
*Foto 1 - Representação dedicada aos Guaranis descontextualizada historicamente.*



*Foto 2 - Representação de pouquíssimos adornos e utensílios que seriam utilizados pelos Guaranis da região no século XVII.*



*Foto 3 - Placa de identificação da cena da foto anterior.*



*Foto 4 - Colonos explorando a terra.*



### **Anexo 3 - Carta dos Guarani ao presidente eleito Luiz Inacio Lula da Silva** Nhanderamoi Lula da Silva

Gostaríamos de levar nossas palavras até o senhor, mas não temos verba para nos deslocar até Brasília. Como sabemos que o Sr. não tem redes sociais e recebe cartas, decidimos escrever essas linhas.

Somos lideranças Guarani de diversos tekoha kuêra (aldeias) da Comissão Guarani da Verdade, na Comissão Tape Rendy Avaete Aty e Comissão Guarani Yvy Rupa, na região oeste do estado do Paraná, e estivemos reunidos nesse fim de semana para conversar sobre nossa situação e queremos conversar com o senhor sobre . Na nossa região estão presentes 24 comunidades mais de 5 mil pessoas, e somente 3 comunidades possuem terras demarcadas (minúsculas que não atende a demanda das famílias). Grande parte de nossas famílias não tem casa pra viver. Não temos terra para plantar, mesmo assim conservamos ainda muitas variedades de sementes de cereais e mudas de plantas que produzem alimentos e remédios.

Primeiro, queremos parabenizá-lo pela eleição. Ficamos muito felizes quando saiu o resultado das urnas que confirmou a sua eleição. Passamos quatro anos aflitos, porque o atual governo não quer saber de nosso povo, não tem políticas de atendimento e seu discurso é raivoso, e vai contra os princípios de nossa cultura.

Segundo, falar de nossa situação e das violações de direitos que sofremos ao longo de várias décadas, e esperamos pelas reparações e não repetições. Na nossa Comissão Guarani da Verdade ouvimos nossos velhos (Xamoi e Xaryi Kuêra) e vários de nós vivenciamos os momentos quando na década de 1970 o Incra roubou nossas terras para entregar aos invasores. Assim aconteceu no Ocoy/Jacutinga, quando ateavam fogo nas nossas casas, no Guarani Kue quando o Incra simplesmente pegou nossa terra demarcada e entregou aos colonos e, em vários outros lugares. Depois, no início da década de 1980 veio a Itaipu e alagou as nossas terras. Os últimos espaços que restavam na beira do rio Paraná viraram um imenso lago, nunca fomos reparados. A Funai ao invés de defender os nossos direitos atuou para defender as ações do Incra e da Itaipu. Mas, não foi só passado, no

presente a Funai continua se omitindo e não cumprindo seu dever constitucional. Da Itaipu recebemos apenas migalhas que atende apenas três comunidades, e faz propaganda dizendo que nos atende, nunca recebemos royalties. Segue nos expulsando com ações de reintegração de posse, como fez nos anos 1970/1980.

É necessário que sejam feitas as devidas reparações, justas e completas, como as reparações de temas materiais (território, moradia, lavouras) e imateriais, como nossa memória, que querem apagar na região, como se fôssemos estrangeiros;

Queremos lembrar também que a Itaipu atingiu nossos parentes que estão no Paraguai. Nosso povo é mais que binacional, é transnacional. Precisamos que as reparações que competem a Itaipu sejam para ambas as margens da represa – Brasil e Paraguai;

Ficamos muito satisfeitos ao ouvir o senhor falando e repetir incansavelmente do direito à alimentação, de se alimentar ao menos três vezes ao dia. Queremos agregar que precisamos de alimentos saudáveis, aquilo que chamamos de Tembiú Piro`y (comida fresca) e para isso queremos o direito de produzir nossa própria comida, mas para isso precisamos de terra. Nosso povo está sem terra e assim não conseguimos viver.

Que o conteúdo das cestas básicas ofertadas - enquanto nossa terra não estiver demarcada - seja discutido com nossas lideranças, porque precisamos de alimentos adequados ao nosso bem estar físico e espiritual.

Precisamos de linhas de crédito específico para nossas comunidades. Temos nosso modo de produzir e nos relacionar com a terra e todo o meio ambiente, e as políticas públicas devem estar adequadas ao nosso modo e não nós termos que nos adequar as políticas públicas;

Por fim, Sr. presidente, nossa história é milenar e queremos seguir vivendo nosso modo de vida. Para isso precisamos do apoio do Estado, porque hoje não existe mais o mesmo ambiente que existia na época de nossos avós. Nas nossas pesquisas descobrimos que muita violência se abateu sobre nosso povo,



especialmente no roubo das terras. Estamos desvelando as violências cometidas do passado e do presente. Queremos que o governo apoie a criação de uma Comissão Indígena da Verdade, nacionalmente, com presença de diferentes povos e que sejam apoiadas as comissões locais e regionais da verdade, como a nossa.

Portanto, vamos seguir nessa luta e contamos com seu apoio, até que nosso direito seja reparado.

Aguydjevete